

EM TEMPO!

PUBLICAÇÃO DE
CARÁTER INTERNO
AO PT, DISTRIBUÍDA
- ÚNICA E
EXCLUSIVAMENTE
AOS SEUS FILIADOS

PUBLICAÇÃO DA TENDÊNCIA DEMOCRACIA SOCIALISTA DO PT

Nº 272

OUTUBRO/NOVEMBRO/93

CR\$ 200,00

ORÇAMENTO E PARTICIPAÇÃO POPULAR

Raul Pont

2

OS DESAFIOS DA NOVA CENTRAL

Dirlene Santana

Francisco Carvalho

Nilton Oliveira

3

O PT DEPOIS DO 8º ENCONTRO

Carlos

Henrique Árabe

4



PROGRAMA E SOCIALISMO

João Machado

5

PICASSO



O FEMINISMO COMO METÁFORA DA NATUREZA

Bila Sorj

8

ENEPT: UMA OPÇÃO DE ESQUERDA

Ernani Moreira

Darlan Montenegro

TEMPOS NEGROS VIRÃO

Jorge Nunes Sarmiento

10

QUEM DIRIA: NA SUÍÇA!

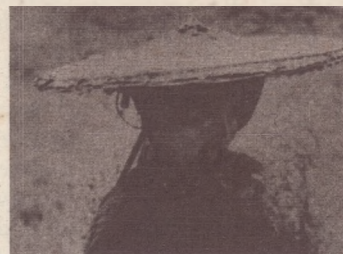
Ernest Mandel

11

CRISES NA EUROPA

Ernest Mandel

13



DE TIANAMEN AO CAPITALISMO

Roland Lew

14

PRIVATIZAÇÃO, EXTORSÃO, EXPOLIAÇÃO

Isaac Akcxlrud

16

4 PÁGINAS DE ENCARTE SINDICAL:

SOLIDARIEDADE

Orçamento e Participação Popular

RAUL PONT

A CPI do Orçamento vem pondo a nu mais um aspecto da corrupção e da malversação de recursos públicos. Primeiro foi Collor de Mello, PC Farias e outros quadrilheiros menores. Agora, o alvo é o Legislativo e as denúncias que já chegam atrasadas.

Este mesmo caso, o da corrupção na Comissão do Orçamento, já havia sido denunciado em 1991 por parlamentares do PT. O requerimento de CPI, na época, foi arquivado pela ação direta de Ibsen Pinheiro e Mauro Benevides, ambos do PMDB e presidentes da Câmara e do Senado.

Naquela oportunidade, esses "insuspeitos" senhores, passando de moralistas, impediram que a CPI se instalasse. A "reforma" feita na Comissão de Orçamento serviu de biombo para que tudo continuasse na mesma. Ampliaram o número de membros para 120 parlamentares, reformaram a sala de reuniões, estabeleceram o rodízio na presidência da Comissão.

Para se ter uma idéia da farsa que continuava, foram apresentadas no Orçamento de 1992 mais de 70 mil emendas e a relatoria acabou nas mãos de Ricardo Fiuza (PFL-PE), um dos principais implicados hoje na negociata com empreiteiras e na manipulação das verbas de subvenções sociais.

A atual CPI poderá ter consequências positivas para o processo de transparência e de controle democrático sobre os recursos públicos.

Para isso outras medidas deverão ser tomadas: acabar com as emendas individuais ilimitadas; com a dotação de recursos públicos, travestidos de subvenções sociais, para entidades privadas; com a ação criminosa e corruptora das empreiteiras e empresas privadas; com a ausência de critérios objetivos (carência, população, renda) para a distribuição regional dos investimentos públicos.

Isso, evidentemente, não basta. Mas se acabarmos também com os privilégios individuais da previdência privada - o famigerado Instituto de Previdência dos Congressistas - sustentada com verbas orçamentárias e com o abuso que hoje é praticado com os mandatos que não são dos Partidos, mas dos eleitos, estaremos dando passos seguros para uma radical mudança nessa fossilizada e burocrática estrutura política-administrativa.

É necessário, igualmente, que os grandes responsáveis pela corrupção: os corruptores, sejam exemplarmente punidos.

Há, entretanto, necessidade de construirmos mecanismos distintos na elaboração e deliberação sobre os recursos públicos. Não basta só acabar com a corrupção.

Os escândalos atuais descobrem falcaturas, negociatas, clientelismos e favorecimentos pessoais, mas um "orçamento limpo e honesto" não resolve também seu caráter pouco democrático e distante da maioria da população.

Avançar na consciência da cidadania

O campo democrático e popular, as forças socialistas, tem consciência dos limites da democracia representativa. A consciência da cidadania não elimina o caráter de classe da sociedade nem a insuficiência da igualdade política jurídica-formal. Os explorados continuam pobres e os ricos continuam vivendo da exploração.

Daí a importância das várias experiências que hoje já são marca registrada das administrações petistas: a democratização e transparência, com participação direta da população na feitura do Orçamento desses municípios.

Em Porto Alegre, uma das cidades onde nasceu essa prática, alcançamos o quinto ano de experiência - quatro na gestão Olívio Dutra e o primeiro do mandato Tarso Genro - do Orçamento Participativo, como é conhecido na Capital gaúcha.

Essa disputa pela renda da cidade e pelo estabelecimento das prioridades exigidas pelas classes trabalhadoras vem crescendo positiva e permanentemente. Neste ano, durante as plenárias de preparação do orçamento/94, milhares de pessoas envolveram-se nos debates, no levantamento das obras

prioritárias de cada região e na eleição direta de representantes e delegados do Orçamento.

As 16 regiões em que a cidade está dividida elegeram 32 representantes conselheiros - 2 titulares e 2 suplentes por região - ao Conselho Popular do Orçamento Participativo e mais de 700 delegados que se responsabilizariam pela organização regional, pelo controle e fiscalização de obras, pela cobrança e crítica à Prefeitura por atrasos ou não cumprimento das deliberações.

Ao Conselho Popular - os representantes - compete a compatibilização e a elaboração junto com os técnicos e dirigentes políticos da Administração popular do projeto de lei orçamentária encaminhado à Câmara de Vereadores.

Apropriar-se da cidade

Definindo e decidindo sobre todo o Plano de Investimentos das obras e serviços demandadas pelas comunidades, decidindo junto com a administração obras estruturais com base na captação externa de recursos e disputando e tensionando orientações gerais das políticas públicas, a população organizada informa-se, conhece os números e como funciona a estrutura executiva e legislativa do Município.

Em suma, apropria-se da cidade, de seus recursos, da cidadania exercida plenamente.

E nesse processo, torna-se mais exigente, mais politizada, auto-organiza-se, tende crescentemente a dispensar a ação emulativa inicial da Prefeitura e com isso rompe com o clientelismo, com a histórica intermediação apadrinhadora dos vereadores e prefeitos.

A ação direta dos cidadãos e cidadãs nas plenárias, pois nestas não há votos delegado nem representativo, não enfraquece as associações, ao contrário, dá-lhes novos horizontes, tarefas constantes de acompanhamento e sem elas, as fases de levantamento reivindicações, de organização das demandas que ultrapassem a rua ou a vizinhança e que não contam com a presença da Prefeitura, não se realizariam e a experiência fracassaria.

Sem cooptação, sem sectarismo de exigir perfilamentos partidários, sem visão aparelhista do movimento, a Prefeitura de Porto Alegre orgulha-se em ter a parceria de mais de 500 Associações Comunitárias, cujos dirigentes possuem variados matizes partidários ou são simplesmente lideranças comunitárias sem filiação partidária.

Nessa relação democrática e na confiança de que as decisões serão cumpridas pela Administração é que reside a força da experiência.

A experiência gaúcha tem servido de referência para o PT em todo o país. Referência e não modelo, pois a realidade de cada município: população, predomínio urbano ou rural, nível de organização e consciência de sua população recomenda que a análise concreta de cada caso e de sua realidade histórica seja respeitada.

Atrair o movimento sindical

Neste momento, estamos empenhados em atrair o movimento sindical para a experiência. Com o mesmo sentido de parceria que conseguimos com o movimento comunitário. A participação sindical deve manter o caráter não delegado ou representativo das entidades. Os sindicatos devem estimular e incentivar a participação de suas bases enquanto cidadania, rompendo com a tendência economicista que a luta por salários e condições de trabalho determina.

Dezenas de sindicatos já estão comprometidos com o projeto de inaugurar o Orçamento 94/95 com sua participação através de **plenárias temáticas** e não regionais como se realizam nas comunidades.

A **plenária temática** foi a forma acordada, após várias reuniões preliminares, da integração sindical, fazendo com que a especialização, o conhecimento setorial das profissões e categorias de trabalhadores contribua para a globalização dos problemas junto às lideranças comunitárias e estas influenciem e ajudem a dar uma visão superadora do corporativismo aos representantes e delegados do mundo do trabalho.

Decidindo sobre todo o Plano de Investimentos, decidindo junto com a administração obras estruturais e disputando orientações gerais das políticas públicas, a população organizada informa-se, conhece os números e como funciona a estrutura executiva e legislativa do Município.

O desafio democrático

Os limites e os problemas enfrentados, porém, não são menores do que a grandeza do desafio que estamos construindo ao longo desses anos.

A ação organizada da população nos ensinou também que esta pressão, que este tensionamento é a melhor maneira de democratizarmos, de criarmos um outro ritmo e uma outra visão e responsabilidade dos quadros funcionais de carreira com as demandas da população.

Mas a presença crescente da população desperta uma exigência redobrada de eficiência, de atendimento, de obras, que as administrações não estão em condições de atender. Se não podemos fugir ao desafio, precisamos ter presente que sem o equilíbrio ou o aumento de consciência das massas sobre os entraves, as frustrações e o não atendimento de necessidades podem transformar numa reversão de expectativas explorada pela direita conservadora e pela imprensa burguesa que odeiam essa experiência.

Da mesma forma, temos procurado discutir com o movimento a tendência sempre latente ou a iniciativa de alguns setores que querem sempre legalizar experiências como essa. Mesmo que para eles a visão legalista tenha um sentido de reforçar, garantir, dar continuidade em caso de derrota eleitoral do campo democrático popular, a atual administração respaldada pelo PT e pela Frente Popular vem defendendo que a força e a riqueza do Orçamento Participativo reside na sua ação espontânea, direta, não delegada e cujas regras citamente na ação conjunta do movimento e da administração pública.

Legaliza-lo seria subordiná-lo a uma maioria hostil na Câmara de Vereadores, aprisioná-lo em regras que iriam demandar disputas, querelas judiciais quebrando esta espontaneidade e sua renovação anual que lhe dá uma saudável e constante disputa.

Cabe-nos, inclusive, despertar essas experiências que desdobram a democracia representativa. Quer aprofundamento democrático ou construção de um novo Estado que supere, pela participação direta, a mera delegação temporária dos mandatos atuais, deverá ter nossa adesão e iniciativa.

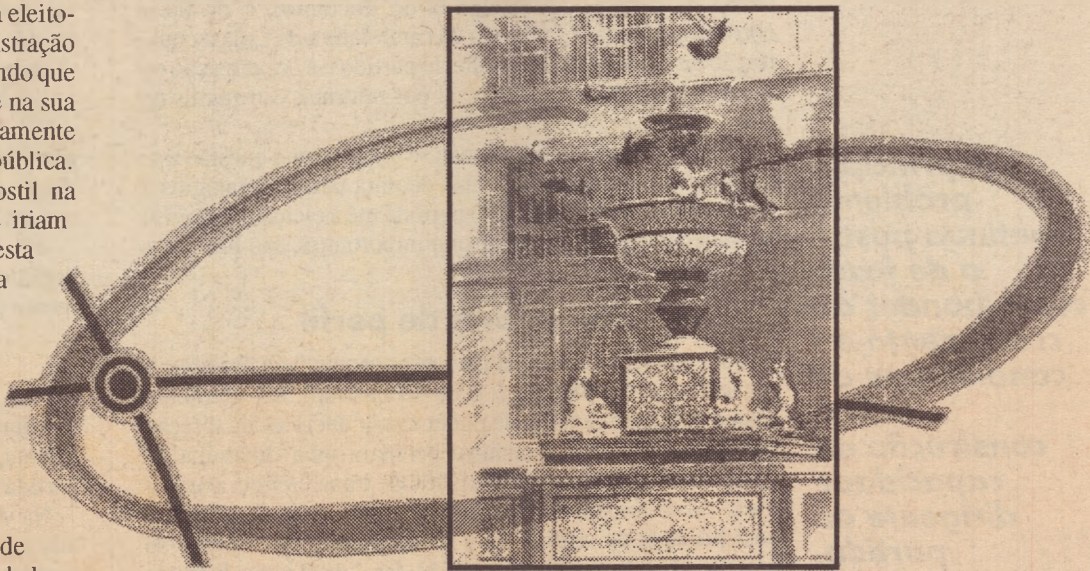
Por último, mas não por fim, gostaria de chamar a atenção para os possíveis limites de uma experiência de construção da cidadania plena. A experiência tem revelado

um positivo processo de politização. Nos debates começam a ser pautados os outros elementos orçamentários e não apenas os recursos para investimento.

Integrar no debate o custeio e a manutenção da estrutura pré-existente, os gastos com o pessoal, com a folha de pagamentos, começa a colocar na ordem do dia a discussão sobre os servidores públicos, os salários dos vereadores, isto é, sobre uma nova relação com o poder público e por decorrência, nos demais níveis administrativos dos estados e da União.

Isto dá uma nova qualidade ao processo e exige da administração e dos partidos da Frente Popular um papel insubstituível para que a politização desses setores sociais encontre rumos e alternativas para uma superação da concepção jurídica dominante da igualdade formal da cidadania e que se reproduz na sociedade capitalista. Sem exagero, mas com a esperança das utopias, essas experiências se constituem, embrionariamente, numa nova concepção do poder público, em suma, do Estado. □

** Raul Pont é Vice-prefeito de Porto Alegre e membro do Diretório Nacional do PT.*



Movimentos Populares

DIRLENE SANTANA, FRANCISCO CARVALHO E NILTON OLIVEIRA

Entre os dias 28 a 31 de outubro cerca de 800 participantes de movimentos populares de 22 Estados, estiveram presentes em Belo Horizonte e criaram a Central Nacional de Movimentos Populares, a primeira na América Latina.

A abertura contou com a presença de vários convidados e apoiadores da Central: Lula; Vicentinho, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; Pe. Luís Bassegeio, representante da CNBB; Patrús Ananias, Prefeito de Belo Horizonte; Frei Beto; o teólogo e escritor Leonardo Boff; os artistas Angelo Antonio e Letícia Sabatella. Prefeitos e parlamentares.

A Central terá sua sede nacional em São Paulo e vai congrega diferentes movimentos: negros, mulheres, moradia, comunitário, índios, prostitutas, saúde, educação, portadores de deficiência, direitos humanos, homossexuais, ecológicos, dentre outros. Terá como objetivos apoiá-los em sua organização, articulá-los entre si para que possam lutar unidos por bandeiras comuns, pressionando os governos e o legislativo por avanços no campo social.

A Central de Movimentos Populares não pretende substituir nenhum movimento. Ao contrário, deverá reforçar e respeitar as características e diversidades de cada um.

Dentre os principais eixos de luta da Central estão a Reforma Urbana e a Cidadania. No que se refere a reforma urbana o papel da Central é fazer com que os movimentos que lutam por moradia por exemplo, também passem a lutar por transporte ou saúde que são temas ligados à melhoria da qualidade de vida nas cidades. Outro eixo de luta, a Cidadania

trará para a Central o desafio de estar sempre presente nos embates contra todo tipo de agressão aos direitos humanos: o racismo, a violência contra as mulheres, a discriminação dos homossexuais, prostitutas, portadores de deficiência física, índios, dentre outros.

A estrutura da Central de Movimentos Populares será descentralizada, municipal, estadual e nacional. Cerca de 30 pessoas comporão a Coordenação Nacional, que será formada por um representante de cada estado participante do Congresso de Criação da Entidade, e um representante de cada movimento organizado nacionalmente. A Direção Executiva da Central terá sete membros (um por região do Brasil) organizada de forma colegiada.

Ações Conjuntas

O Congresso de criação da Central, além de definir bandeiras conjuntas de lutas dos movimentos populares, também decidiu, a partir deste ano que a Central deverá deflagrar, amplamente, pelo menos três grandes ações conjuntas nacionais: A luta contra a violência, o engajamento na campanha contra a fome e a miséria, o repúdio à revisão constitucional e o acompanhamento, a partir do próximo ano, de todos os projetos de orçamento votados no Congresso Nacional. No caso deste último item, a Central espera poder reverter problemas como o corte de verbas para o setor da saúde que vem ocorrendo nos últimos três anos, e a má distribuição de verbas públicas.

A Central Nacional de Movimentos Populares tem como princípios básicos de funcionamento a autonomia, a democracia, representatividade e combatividade. □

O PT depois do 8º

CARLOS HENRIQUE ÁRABE

O curto período que decorreu após o Encontro Nacional já é suficiente para mostrar mudanças políticas significativas na condução partidária. As principais resoluções e atitudes do PT afirmam, sem ambiguidades, o sentido geral da construção de uma alternativa de governo democrático e popular. Nesse sentido, o 8º Encontro vem se confirmando como marco fundamental da unidade partidária e como definidor do posicionamento político geral.

De outro lado, é preciso apontar a urgência de desdobramentos, também decisivos, na construção das condições do PT como dirigente e organizador político. O principal problema continua posto (e, ainda que óbvio, é bom lembrar que acima da capacidade resolutive do Encontro): o de fazer corresponder ao crescimento da candidatura de Lula a construção da capacidade dirigente do partido e a organização de um movimento político e social por reformas estruturais no país.

Mesmo considerando que não se trata de uma questão a se resolver em poucos meses mas de uma tarefa estratégica a percorrer, pelo menos, todo o período até a eleição, é preciso reconhecer que, ainda que muito importantes, são limitados os passos dados nesta direção.

Retomada de perfil

Uma condição essencial para criar capacidade dirigente e organizativa do partido é a de reconstituir um elemento básico: simplesmente, o de poder tomar decisões na direção partidária. Até o 8º Encontro persistiu uma dinâmica de adiamentos constantes de decisões, de transferência a outros foros ou a iniciativas individuais, que corroe qualquer possibilidade de unificação e de apresentação coerente de posições na luta política no país. É claro que o pano de fundo deste quadro era o impasse motivado por orientações estratégicas conflitantes.

Esta situação está mudada, como efeito do 8º Encontro. Não só em relação ao Governo Itamar, que era o exemplo mais evidente, mas principalmente nas decisões políticas que afetam o caráter do governo que queremos construir, o novo Diretório Nacional tomou decisões que afirmam a direção do PT - e dá este sentido à candidatura Lula - na construção de uma alternativa de esquerda para governar o país. Isto é visível na resolução sobre o momento político, na postura geral frente a revisão constitucional, na definição das diretrizes para a elaboração do programa de governo.

Este processo não é restrito ao Diretório Nacional. Em São Paulo, por exemplo, a realização das prévias para definir o candidato a governador contou com uma participação importante dos filiados - mesmo com setores partidários contra a prévia, em favor de apoiar Mário Covas - e escolheu o companheiro Zé Dirceu que foi quem, na disputa, fez das resoluções do 8º Encontro o eixo central de sua plataforma.

Quatro desafios

É evidente, no entanto, que o conjunto de questões postas para o partido é muito mais amplo e exige mais simultanei-

dade no seu enfrentamento.

Podemos apontar quatro delas:

1º) a construção de candidaturas estaduais fortes e uma política nacional coerente de alianças: há um nítido descompasso entre o crescimento da candidatura Lula e a construção de candidaturas majoritárias nos estados. Em poucos meses dispomos, neste momento, de um processo bem encaminhado de escolha de candidatos e de uma política de alianças consistente a nível estadual e nacional; pelo contrário, em alguns estados vem prevalecendo na maioria dos dirigentes partidários a idéia de que o PT não tem condições de ter candidato próprio a governador, e tem portanto de buscar alianças a qualquer custo, chegando até a poder adotar um candidato que não apoiaria Lula no 1º turno;

2º) a direção da campanha Lula que passará a exigir muito mais esforços à medida em que ela vai se consolidando como favorita e, muito provavelmente, antecipando a presença, além dos temas da campanha propriamente, de temas relacionados à construção do governo;

3º) a contribuição partidária para a construção de uma nova direção da CUT, considerando a Central o elemento decisivo para alavancar um movimento social por reformas estruturais;

4º) a organização de planos concretos de construção orgânica do partido, para atacar a grave crise de funcionamento que continua.

Núcleo dirigente

Não há um automatismo entre a retomada de um perfil político afirmativo, de uma relativa capacidade para decidir orientações gerais, e o processo de reconstrução orgânica partidária e da capacidade de polarizar socialmente.

Na verdade o ataque a problemas históricos de funcionamento e a resposta a problemas de alcance estratégico exigem mais do que a constituição de uma maioria em torno a posições políticas. Isto, como colocado acima, é condição necessária mas não suficiente.

O 8º Encontro afirma que "para dirigir a campanha Lula e a ação partidária nos próximos anos, o PT necessita de um novo núcleo dirigente".

A formação deste novo núcleo foi iniciada com a Opção de Esquerda e com as relações que foram estabelecidas com outros setores identificados com as resoluções do 8º Encontro. Mas a própria persistência da crise organizativa e o volume dos problemas que reclamam respostas evidenciam o quanto falta avançar neste terreno.

Em primeiro lugar trata-se de consolidar a Opção de Esquerda como campo capaz de desdobrar organicamente as resoluções políticas. Trata-se também de desenvolver discussões sobre a situação do movimento sindical e ainda preparar com vigor o próximo encontro nacional para definir o programa de governo e o conjunto da campanha. Esta consolidação que tem um caráter nacional deve desenvolver-se simultaneamente nos estados.

A partir da consolidação da Opção de Esquerda é necessário precisar relações com outros setores do partido, procurando dar consistência à maioria política que vem sendo construída. □

O principal problema continua posto: o de fazer corresponder ao crescimento da candidatura de Lula a construção da capacidade dirigente do partido.

EM TEMPO

Uma publicação mensal da Tendência Democracia Socialista do Partido dos Trabalhadores

CONSELHO EDITORIAL:

Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Elisabete Burigo, Helena Bonuma, Hugo Manso, Isaac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Maria Auxiliadora Gomes, Marilane Teixeira, Nalu Faria, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Ronaldo Barbosa, Tatau Godinho, Tomás Mata Machado.

JORNALISTA RESPONSÁVEL:

Célia Regina de Souza Reg MTB nº 18663 DRT/SP

EQUIPE DE EDIÇÃO:

Carlos Henrique Árabe, Joaquim Soriano, Caco Bisol, Fernanda Estíma, Nelson Joia e Fabiano Ciambra.

Editoração: Página Sete Artes Gráficas

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. Rua Brigadeiro Galvão, 138. Barra Funda, São Paulo CEP 01151-000. Fone: 66-5550

Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618 Loja 4 - Bonfim CEP 90210 Fone: 227-4642.

Programa e socialismo



JOÃO MACHADO

Uma das questões fundamentais para a elaboração de um programa econômico de esquerda é, naturalmente, a sua articulação com o socialismo. Não apenas porque nos definimos como socialistas, o que significa que o socialismo deve orientar nossa ação geral. Mas também porque não temos nenhuma razão para acreditar que seja possível conduzir uma administração da crise capitalista “democrática e popular”, ou encontrar uma forma de “capitalismo popular” para o Brasil - o que significaria, de uma forma ou de outra, adotar uma linha social-democratizante.

Se, no passado, nos países imperialistas, governos social-democratas puderam realizar reformas dentro do capitalismo e favorecer conquistas nada desprezíveis para os trabalhadores, hoje o quadro é inteiramente distinto: mesmo nos países capitalistas centrais os governos social-democratas têm aplicado, nos últimos anos, muito de políticas neoliberais, e nada de políticas social-democratas.

Os próprios partidos social-democratas têm-se destacado na defesa da redução das conquistas de outrora, alegando a necessidade de aumentar a produtividade. Exemplos gritantes desta “dessocialdemocratização da social-democracia” foram a política do Partido Socialista Francês depois de 1983 até sua derrota vergonhosa nas eleições deste ano, e toda a política no governo do Partido Socialista Operário Espanhol (que, como se sabe, só leva a sério do seu nome o adjetivo “espanhol”, o que no contexto do Estado Espanhol significa uma política de negação dos direitos das nacionalidades oprimidas). Não há muitas chances de que uma política social-democratizante possa ter mais espaço num país como o Brasil. Aliás, os que se autodenominam social-democratas aqui, como o PSDB, fazem cada vez mais política neoliberal.

Repensar a transição

No entanto, enfrentamos uma grande dificuldade hoje para articular nosso programa de governo com o socialismo. Esta é uma das consequências da “crise do Leste” e dos rumos que tomou. Enfrentamos uma “crise de credibilidade” geral do socialismo - a enorme maioria das pessoas hoje não acredita que possa existir “socialismo”, ou então que isto só seria possível em um futuro vago e longínquo.

Mas além disso, as formas pelas quais foi pensada até hoje a transição do capitalismo ao socialismo estão muito comprometidas. Tanto visões revolucionárias quanto reformistas de um processo de transição davam grande ênfase à estatização de um setor fundamental da economia. Por exemplo, um dos eixos de uma estratégia revolucionária, na tradição da III Internacional, desenvolvida por seus continuadores, como a IV Internacional, era lutar por um “governo operário e camponês” ou “governo dos trabalhadores”. E um dos critérios para caracterizar um governo deste tipo era a extensão das nacionalizações (estatizações) - isto era considerado uma medida do grau de choque com a burguesia e de ruptura com a lógica capitalista.

A estratégia reformista de transição ao socialismo - por exemplo, a que dava base à política da “Unidade Popular” chilena, ou a da “União das Esquerdas” francesa (esta última até 1983, quando a idéia de transição ao socialismo pela via das reformas foi de fato abandonada pelo PS) - tinha como um dos seus eixos a constituição de uma “área de propriedade social” (estatal), incluindo setores estratégicos da economia, fundamental para alterar a lógica econômica capitalista. Uma das discussões entre o PC e o PS na França era justamente qual a quantidade de estatizações necessária para conseguir este objetivo.

Tanto na estratégia revolucionária quanto na reformista, o socialismo não era identificado com estatizações - mas as estatizações eram vistas como um passo para a socialização.

Ora, uma das consequências da “crise do Leste” é exatamente que há hoje uma enorme - e justificada - desconfiança da idéia de estatização, de um modelo que possa terminar (como aconteceu na URSS) identificando socialismo com

estatismo burocrático. Isto nos obriga a pensar qualquer transição ao socialismo hoje de uma forma diferente e inovadora. E até agora pouco avançamos nesta questão.

Isto nos coloca uma dificuldade para elaborar um programa (sobretudo no plano econômico) para o governo Lula. Naturalmente, o programa de governo não será um programa socialista. Não será pelo socialismo que Lula terá uma enorme votação, mas sim porque seu nome, e o PT, são vistos como os únicos que podem representar uma mudança real no país - mudança desejada pela população sem estar associada a um projeto preciso. Mas nosso papel é justamente propor um programa que parta das necessidades mais fundamentais e prementes da população, e que avance para o socialismo; e lutar para que fique claro que as mudanças reais desejadas por todos exigirão que caminhemos nesta direção. Este é o sentido que a alternativa “democrática e popular” tem para nós desde sua formulação, no 5º Encontro do partido, em 1987.

A dificuldade de pensar hoje uma transição para o socialismo, e a “crise de credibilidade” mais geral do socialismo, são parte da explicação do paradoxo bem enunciado por César Benjamim no seu artigo “Decifra-me ou te devoro” (parcialmente publicado no EM TEMPO nº 267): “a racionalidade burguesa não tem sido capaz de organizar a nação” - pelo contrário, ela a desorganiza - “mas ainda define a pauta do debate sobre a nação: é dentro dos seus limites que a própria esquerda tem operado” (em grande medida). César enfatiza, com razão, que a burguesia tem bem articuladas suas idéias-força (o que a favorece, embora estas idéias se confrontem com a realidade), e que temos de formular as nossas. Para superarmos a “racionalidade burguesa” (hoje, neoliberal) e conseguirmos ter hegemonia, necessitamos explicitar com clareza nossa própria racionalidade. Este artigo tenta discutir esta questão de um ângulo diferente (mas não contraditório) do tomado por César e por outros artigos já publicados no EM TEMPO.

No campo da visão de economia, o desafio que se coloca para nós é dizermos claramente porque rejeitamos as idéias disseminadas pela burguesia e seus meios de comunicação; e em torno de quais idéias alternativas articulamos nossa proposta.

O mercado resolve?

A primeira idéia-força da burguesia neoliberal hoje é a ênfase absoluta no mercado como regulador da economia, garantidor da máxima eficiência e da alocação ótima dos recursos.

Ora, esta é uma idéia velha - a da “mão invisível” de Adam Smith: “se cada um perseguir os seus objetivos próprios, egoístas, o mercado garantirá que se realize o bem geral, como se uma mão invisível guiasse a todos”. A escola econômica neoclássica dedicou o fundamental do seu esforço para provar esta tese. Mas apesar do seu sucesso de público hoje, ela é cada vez mais absurda. O “mercado” significa que os capitalistas definem as opções de investimento com base na maximização do seu lucro; sua propalada eficiência é antes de mais nada eficiência para buscar lucros - e seria necessária uma mão não apenas invisível, mas prestidigitadora, para transformar lucro máximo em bem geral. Além

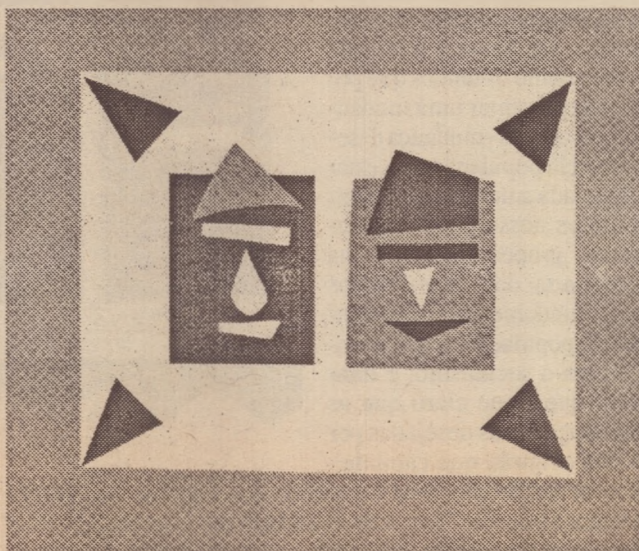


As formas pelas quais foi pensada até hoje a transição do capitalismo ao socialismo estão muito comprometidas. Tanto visões revolucionárias quanto reformistas de um processo de transição davam grande ênfase à estatização de um setor fundamental da economia.



disso, como assinalam as Resoluções do 8º Encontro, “o mercado realmente existente, que organiza a dinâmica da economia internacional, é aquele em que menos de 700 corporações controlam o mercado mundial e em que as 200 maiores corporações detêm 30% do PIB mundial. O mercado real na economia brasileira é aquele em que poucas empresas determinam os preços em cada ramo de produção, especulam com recursos sonegados ao Estado, manipulam o imaginário popular através dos meios de comunicação de massa e da publicidade. Algumas centenas de grandes bancos, indústrias, atacadistas e agroindústrias nacionais e estrangeiras respondem - ao lado de algumas empresas estatais - por 70% da economia do país, controlam diretamente o mercado interno e as exportações” (Resoluções do 8º Encontro, pp.12 e 13).

Nunca na história da humanidade houve tanta fome: é a consequência da lógica do “mercado realmente existente”. Defender a “mão invisível” no mundo dilacerado pelas desigualdades de hoje é uma forma particularmente cruel de ignorância ou de cinismo.



Não podemos acabar com o mercado num futuro previsível, inclusive porque neste horizonte de tempo não pretendemos eliminar a pequena propriedade comercial, de serviços, agrícola, artesanal, ou mesmo industrial. Mas podemos e devemos estabelecer controles e limites ao “livre jogo do mercado”.

A lógica da “exposição crescente à concorrência internacional” e da “competitividade” significa buscar uma redução de custos que se traduz, entre outras coisas, em diminuição de salários e de direitos sociais.

Sem Estado é melhor?

Uma segunda idéia-força do neoliberalismo, estreitamente associada à primeira, é a redução do Estado, ou do Estado mínimo.

Esta idéia ganha uma força especial diante da “crise do Leste”, e diante da crise dos Estados, especialmente da crise de um Estado como o brasileiro, privatizado, dilapidado, sucateado, e carcomido pela sanha corrupta das elites que o controlam. É evidente que não podemos contrapor à propaganda neoliberal do “Estado mínimo” a defesa do Estado que existe hoje.

Mas o fato é que em um futuro previsível precisamos do Estado - de um Estado diferente - para cumprir toda uma série de funções. Para controlar o mercado, estruturando e induzindo um modelo de desenvolvimento; para promover a redução das desigualdades sociais e regionais; para atender um conjunto de necessidades fundamentais cuja lógica exige que sejam públicas: saúde, educação, habitação, transportes, infra-estrutura básica em geral; para ordenar o desenvolvimento urbano; para viabilizar o desenvolvimento científico; para garantir o respeito à ecologia. E não é demais lembrar de uma função clássica do Estado que vem sendo pessimamente conduzida hoje: é ao Estado que cabe garantir a moeda

nacional! Em nenhuma destas questões fundamentais há exemplos de sucesso na condução privada, pelo mercado. Por isto o PT tem toda a razão em continuar defendendo a presença do Estado nos setores estratégicos da economia.

A mudança que é necessária no Estado é justamente o oposto do que pregam os neoliberais. Ao contrário de reduzi-lo ao máximo, privatizá-lo mais, o que é preciso é **desprivatizá-lo**, como o PT vem defendendo desde 1989: garantir que cumpra sua função pública. E para que isto seja possível, a base será descentralizá-lo ao máximo e desenvolver formas de controle social sobre ele (como será desenvolvido adiante). O Estado pode inclusive crescer, desde que ao mesmo tempo se esteja construindo o controle popular sobre seus aparatos.

Vamos ao 1º mundo?

Outro conjunto de idéias-força dos neoliberais são as que se articulam em torno das propostas de **modernização, competitividade, abertura da economia, integração no mundo (inclusive no sistema financeiro internacional)**.

O que se quer é nos fazer aceitar como um valor absoluto a modernização entendida como a “integração no 1º mundo” collorida.

Ora, é muito claro que qualquer proposta de um modelo distinto do dominante a nível internacional terá de contar obrigatoriamente com um “grau de protecionismo” importante; e que a lógica da “exposição crescente à concorrência internacional” e da “competitividade” significa buscar uma redução de custos que se traduz, entre outras coisas, em diminuição de salários, de direitos sociais, de contribuições sociais das empresas; em “racionalizações” que criam desemprego; e em substituição de gastos sociais do Estado por programas de incentivo à “produtividade”. É isto que se vê hoje na Europa: diante da integração crescente das suas economias, sem que se construa paralelamente um Estado comum que unifique as políticas, os países europeus (e em primeiro lugar os mais pobres) são levados a uma triste competição para ver quem adota políticas mais “austeras”, isto é, mais arrocho. Conquistas trabalhistas que haviam custado décadas de luta estão sendo progressivamente erodidas. O desemprego crescente (que chegou até à Suíça! ver matéria neste EM TEMPO) é usado como arma contra os trabalhadores e os sindicatos (com a ameaça de que, se não se aumenta a competitividade, as demissões serão inevitáveis). É claro que em um país como o Brasil esta lógica seria muito mais perversa, ou o país seria levado a um modelo desindustrializante, como ocorreu com a Argentina e com o Chile.

A “integração ao 1º mundo” collorida só interessa às camadas superiores da classe média e da burguesia, que poderiam ampliar seu consumo de luxo: carros importados que custam mais de 1.000 salários mínimos, e por aí vai.

Integração solidária

Não se trata de contrapor a isto o isolamento do país e a autarquia econômica. Mas o que precisamos é de um projeto de abertura seletiva e avaliada da economia, combinada com acordos e um plano de integração econômica com países que tenham os mesmos interesses que o Brasil de construir uma ordem internacional menos desigual. Com as desigualdades existentes entre os vários países, é absurdo querer uma integração que signifique regras iguais para todos (ou a eliminação pura e simples de barreiras alfandegárias - que aliás não é praticada pelos países mais ricos): um plano de integração coerente exige justamente tomar como ponto de partida as desigualdades e fazer acordos examinando os interesses comuns ou complementares (e não a lógica do mercado). Neste sentido, o Mercosul pode ter uma importância fundamental para o Brasil - e para os nossos vizinhos - mas precisa ser inteiramente redefinido.

EM TEMPO:

ASSINATURA ANUAL (10 edições).....Normal CR\$ 2.000,00

Apoio CR\$ 3.000,00

Nome:.....

Endereço:.....

Cidade:..... Telefone:..... Cep:.....

Recorte e envie juntamente com um cheque nominal a Carlos Henrique Árabe. Rua Brigadeiro Galvão, 138 Barra Funda São Paulo - SP CEP: 01151-000 Tel. 665550

A busca de aliados internacionais (e não apenas a nível de governos: tem importância fundamental para nós a aliança com sindicatos, partidos de esquerda, organizações não governamentais, movimentos progressistas em geral) será importante também para conseguir força para viabilizar nossa política de suspensão do pagamento da dívida externa.

Não podemos abrir mão de uma relação soberana: não podemos subordinar nossa política econômica ao FMI - e pagar uma dívida ilegítima com a miséria do povo.

Na questão da tecnologia, evidentemente temos interesse em avançar. Mas não importando ao máximo uma tecnologia desenvolvida para aumentar a rentabilidade das empresas dos países centrais, mas sim construindo um modelo tecnológico coerente com nossos recursos e com nossos objetivos econômicos e sociais. É em função do nosso modelo que devemos definir o que é mais eficiente. A este respeito, César Benjamim faz observações no seu artigo muito pertinentes.

Em resumo, não devemos defender uma menor integração no mundo. Mas no lugar de reforçar a integração de nossas elites ao 1º mundo, o que precisamos é de participar de um esforço solidário de construção de uma outra ordem internacional.

Orçamento participativo

Recusando as idéias dominantes do neoliberalismo, temos de dizer o que colocamos no lugar. Se rejeitamos o mercado como regulador básico e o controle (burocrático) pelo Estado, como queremos dirigir a economia?

Ernest Mandel vem argumentando (por exemplo no EM TEMPO nº268) que há um terceiro caminho: o da escolha das alternativas pela própria população. Há formas de começar a fazer isto a partir de um governo democrático e popular?

Sim. Trata-se de estimular ao máximo a participação e o controle populares, em todos os níveis, de tal maneira que ele possa ter uma influência real sobre o aparelho de Estado e sobre as decisões das empresas.

Quanto ao controle sobre o Estado, há algumas experiências realizadas em prefeituras dirigidas pelo PT que podem ser ampliadas, principalmente a do **orçamento participativo**. Além de ser uma forma democrática, é também uma garantia contra a corrupção - aspecto nada desprezível nos dias que correm. Por isto mesmo, o senador Pedro Simon, do PMDB gaúcho, tem defendido esta prática, citando inclusive como exemplo o que se vem fazendo na prefeitura de Porto Alegre.

Naturalmente, a nível federal será muito mais complicado. Mas é plenamente possível, se levamos em conta os recursos de telecomunicações existentes. Qual a dificuldade, por exemplo, de televisionar os debates da Comissão de Orçamento?

Por outro lado, para ampliar as condições de participação e controle popular, é preciso avançar na maior **descentralização** possível, de modo que uma parte substancial dos recursos públicos tenha uma **gestão comunitária**.

A ampliação de práticas como a do orçamento participativo pode permitir que a população controle a aplicação de todos os recursos públicos; tornaria possível um debate nacional sobre as prioridades econômicas. Talvez num primeiro momento não haja grande mobilização para participar destas discussões. Mas na medida em que vá ficando claro que é pra valer, provavelmente a participação irá aumentando progressivamente (ver artigo de Raul Pont nesta edição do EM TEMPO).

Reorientar a lógica da economia

Mas isto não basta: é necessário que haja controle também sobre os recursos privados, especialmente os do grande capital. Quanto a isso, também temos alguma experiência interessante, como a da Câmara Setorial da indústria automobilística, que reuniu numa negociação sindicatos, patrões e o governo.

Tal como foi realizada, teve muitas limitações e contradições. Um problema chave é que uma negociação por ramo de produção tende a ter uma lógica corporativa. E os interesses da indústria automobilística não são obrigatoriamente os mesmos do conjunto da economia e da população: por exemplo, considerando o quadro global, pode ser muito mais interessante priorizar o transporte coletivo e diminuir a produção de automóveis.

Mas o significado que nos interessa mais de uma negociação em uma Câmara Setorial é o de que, negociando preços,

salários, emprego, os **trabalhadores podem formular uma proposta para a organização da produção**, avaliar custos, necessidades de investimento, etc. Se isto se combina com a discussão de prioridades econômicas globais pela população, viabilizada por nosso governo democrático e popular, adquire um caráter de pressão e controle sobre os capitalistas - inclusive chegando à questão chave do financiamento dos investimentos e gastos sociais necessários. Este processo daria condições, provavelmente, para que a realização de uma reforma tributária fortemente progressiva (isto é, que faça os ricos pagarem muito mais impostos) tivesse o apoio necessário - questão chave para uma política de redução das desigualdades.

De modo geral, o que tentaríamos seria **criar uma força política e social (a partir dos trabalhadores e setores populares mais organizados) que lute para reorientar a lógica da economia**.

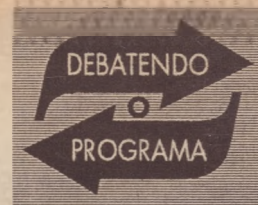
Revolução democrática e socialismo

Este seria o caminho fundamental para enfrentar a lógica do mercado capitalista, do lucro privado, sem cair no estatismo burocratizante; estaria combinado com o processo de construção de um Estado diferente, submetido ao controle popular.

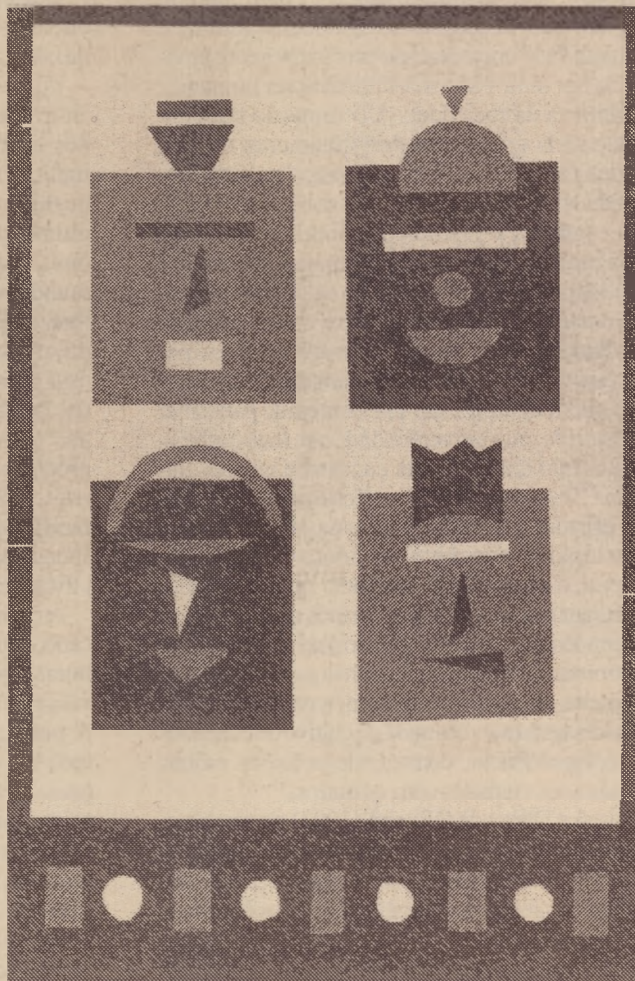
Seria uma mudança de lógica do funcionamento da economia como esta que tornaria possível iniciar um ciclo de desenvolvimento baseado na constituição de **um forte mercado interno de massas**, como propõe César Benjamim no artigo citado, e como corresponde a formulações aprovadas no 8º Encontro (no caso, a constituição de um mercado interno de massas não significa reforçar o mercado como regulador da economia, mas sim adotar um modelo de desenvolvimento em que o crescimento da produção se faça para atender fundamentalmente necessidades de consumo internas do país). É uma lógica deste tipo que tornaria possível um crescimento da economia com distribuição de renda, ou, dizendo de outra maneira, ter uma economia que funcione de acordo com as prioridades arroladas por Mandel: eliminar a fome, garantir habitação, saúde, educação, distribuir terra aos camponeses, eliminar o desemprego.

Este caminho seria também a forma de começar a superar a economia capitalista, distinta da concepção envelhecida de confiar no Estado: o grau de enfrentamento com o capitalismo seria medido não pela quantidade de estatizações, mas pelo grau de controle popular conseguido sobre a formulação da política econômica e a alocação de recursos. Este caminho seria, não há disso a menor dúvida, um caminho **revolucionário**; começando a mudar a economia a partir de uma democratização radical, seria um dos aspectos chave da **revolução democrática** que mudará radicalmente as bases do poder, enfatizada pelo 8º Encontro, e que será marcada portanto por duros enfrentamentos com a grande burguesia.

Uma concepção como esta é coerente com a visão marxista de um processo de construção do socialismo que a longo prazo eliminará a produção mercantil (a regulação pelo mercado) e extinguirá o Estado, reabsorvendo-o pela sociedade. Também está muito mais de acordo com o entendimento que estamos construindo de **socialismo petista**. Pode ser uma arma decisiva para dar coerência ao nosso enfrentamento das ideologias neoliberais e à nossa luta para ganhar a hegemonia, recolocando o tema do **socialismo** como coisa atual. □



O grau de enfrentamento com o capitalismo deve ser medido não pela quantidade de estatizações, mas pelo grau de controle popular conseguido sobre a formulação da política econômica e a alocação de recursos.



BILA SORJ

Os movimentos feministas fizeram do ideário igualitarista sua linguagem política, em sintonia com outros grupos sociais que se consideravam excluídos dos benefícios da sociedade moderna. Advogaram a universalidade da dignidade humana contra as desigualdades de poder estruturadas ao redor das diferenças sexuais. A expansão dos direitos civis, a entrada das mulheres no mundo público, institucional e ocupacional, podem ser creditadas, em grande medida, aos movimentos de liberação das mulheres que proliferaram neste século e, mais fortemente, nas três últimas décadas, em quase todas as partes do mundo.

Esses movimentos, que podemos chamar de igualitaristas, independentemente de suas enormes diferenças internas, podem ser unificados analiticamente e por contraste com uma nova corrente denominada "feminismo da diferença", "pós-feminismo", "eco-feminismo".

Neste ensaio, gostaríamos de discutir duas concepções desta última corrente: a oposição entre a esfera pública e privada, que parece ser o lugar da formação de identidades, culturas e éticas distintas entre homens e mulheres, e a relação entre o feminino e a natureza, que permitiria privilegiar o papel das mulheres na luta ecológica.

Público x Privado

O movimento feminista, desde o século passado, procura argumentar que a exclusão das mulheres da vida política e da esfera pública contradiz o ideário liberal de igualdade e emancipação universal. Este movimento vai identificar a liberação das mulheres com a expansão dos direitos civis e políticos para colocá-las em pé de igualdade com os homens.

Análises feministas recentes, entretanto, consideram que a emancipação das mulheres no mundo contemporâneo passa por uma ruptura radical com tradição moderna, especialmente no que diz respeito à vida política e moral (Young, 1988). Alegam que os ideais de igualdade formal e racionalidade universal são profundamente enviesados por uma visão masculina do ser humano e da natureza da sociedade. A dominação masculina não seria apenas um desvirtuamento da vida política moderna, mas constituiria a própria modernidade. Alegam que, ao construir um ideal de esfera pública e instituições políticas fundadas numa moral racional, pretensamente imparcial e universal, a sociedade moderna teria desvalorizado e excluído a experiência moral das mulheres mais particularista, específica e afetiva. Incorporar as mulheres à esfera pública significaria exigir delas que abandonassem sua identidade particular em nome de uma universalidade que lhes é alheia.

Esta reflexão feminista encontrou nas pesquisas de C. Gilligan (1982) um forte ponto de apoio para afirmar a existência de uma ética feminina em relação a princípios de justiça e igualdade, diferente da masculina. Enquanto que os homens vivenciam o mundo mais em termos de separação e independência, o que é mostrado pela tendência a se construírem leis baseadas em direitos que delimitam a fronteira entre o *self* e o outro, a experiência das mulheres seria mais centrada no cultivo de conexões e interdependência, construindo relações morais baseadas nos cuidados com os outros.

Rosiska Darcy de Oliveira (1991) no seu livro, **Elogio da diferença: o feminino emergente**, faz uma defesa veemente desta nova percepção do movimento feminista, surgida nos anos oitenta, e que consistiria em:

1 - reconhecer que o "feminismo da igualdade" envolvia um alto custo para as mulheres;

2 - afirmar que "as mulheres são diferentes dos homens porque no centro de sua existência estão valores outros: a ênfase no relacionamento interpessoal, a atenção e cuidado com o outro, a proteção da vida, a valorização da intimidade e do afetivo, a gratuidade das relações. Em uma palavra, uma identidade que provém da interação com outros. Daí serem as mulheres mais intuitivas, sensíveis e empáticas".⁽¹⁾

3 - reconhecer que o ingresso das mulheres no mundo público teria gerado uma crise psicossocial vinculada a um conflito de identidade proveniente das exigências contraditórias de dois modelos de vida distintos: "dilaceradas por pertencerem, simultânea e conflituosamente, ao espaço privado, ao mundo do lar e da família, regido pelas emoções, pelos sentimentos e pela afetividade, e ao espaço público, ao mundo do trabalho regido pela agressividade, pela competitividade e pelo princípio do rendimento, as mulheres descobrem que o acesso às funções masculinas não basta para assentar a igualdade e que a igualdade, compreendida como integração unilateral no mundo dos homens, não é liberdade".⁽²⁾

4 - evidenciar que, deste mal-entendido, as mulheres passam a descobrir a cultura feminina baseada fundamentalmente na experiência da maternidade, de cuidados e responsabilidade com a vida de um outro ser. Agora, "...a contestação feminina anuncia que as mulheres não são inferiores, mas também não são iguais a eles e que essa diferença, longe de representar uma desvantagem, contém um potencial enriquecedor da cultura".⁽³⁾

5 - portanto, cabe às mulheres "...dizer à sociedade a riqueza do universo feminino, até agora oculta porque gratuita, mas também porque não dita, não reconhecida pelas próprias mulheres".⁽⁴⁾

Gostaríamos de levantar algumas dificuldades encontradas nas colocações feitas pelo "feminismo da diferença".

Primeiramente, a rigidez com a que a oposição entre o mundo público e o privado, e seus conteúdos existenciais, são tratados. Esta polaridade tradicional do discurso filosófico liberal é reproduzido pelo novo discurso feminista, apesar deste último criticar o primeiro naquilo em que foi omissivo quanto ao gênero. Teríamos, assim, um mundo público como o território da razão masculina, enquanto o mundo privado seria a zona livre do afeto e da solidariedade. Cabe perguntar se essa representação encontra respaldo na realidade. Procuraremos argumentar que esta oposição não é tão rígida quanto se supõe e que um dos processos sociais contemporâneos mais poderosos é, justamente, a desprivatização do modelo de família que, supostamente, ofereceria as bases sociais para a formação de uma identidade especificamente feminina.

A representação do mundo público ou do mercado como isentos de afeto, emoções e relações intersubjetivas está muito longe da realidade da vida política e econômica da sociedade moderna. A política, apesar de muitas racionalizações, é toda ela perpassada de valores subjetivos, emoções conflitantes, forças emotivas. A vida econômica, igualmente, está longe de ser o reino exclusivo da racionalidade, infiltrada que está de dimensões intuitivas, desejos e ambições. Da mesma forma, representar as relações familiares como o reino do afetivo, da intimidade e da gratuidade nos parece extremamente parcial. Foi justamente a ideologia da domesticidade, construída nestes

O Feminino Como Metáfora da Natureza

Agradecemos à autora o consentimento para a publicação deste texto, editado com cortes (na introdução e em um exemplo). O texto completo saiu anteriormente em Estudos Feministas CIEC/ECO/UFRJ nº0/92

termos, que o feminismo procurou criticar ao revelar a intensa carga de conflitos, ódios, violências e competição presentes nas relações familiares. Foi sempre este lado obscuro, não dito, não reconhecido da vida doméstica que as mulheres tiveram tantas dificuldades em exibir e reconhecer para si próprias, por vezes, como vítimas e, outras vezes, como agentes desses sentimentos e práticas (...)

Um exame menos preconceituoso da divisão entre o público e o privado nos permitiria captar a interpenetração das duas dimensões do mundo social. Talvez fosse mais interessante refletir sobre a articulação entre essas duas esferas - por exemplo, entre a economia mercantil e a família nuclear - e como ela favorece as desigualdades sociais entre homens e mulheres.

Concluindo sobre esta primeira concepção, diríamos que a polaridade pública x privado, construída pelo "feminismo da diferença" para justificar uma diferença radical da condição feminina, acaba por construir uma metafísica do feminino. Esta dualidade congela características que se encontram de maneira mais predominante, ou de forma mais aguda, em um ou outro grupo, mas sobre as quais nenhum grupo de gênero possui monopólio, nem da experiência, nem dos valores a elas associados. Se o pensamento funciona em termos de oposições, a força do pensamento crítico é a de não transformá-las em camisas de força ou de meramente inverter a hierarquia de valor, mas, ao contrário, de aprofundar nossa visão de como estes pólos se interpenetram na vida social, o feminino no masculino, o privado no público, e vice-versa.

Esta última perspectiva nos parece mais adequada, inclusive, para compreendermos a erosão das fronteiras entre as esferas pública e privada no mundo contemporâneo, que é o segundo ponto de que vamos tratar. O "feminismo da diferença", quando exagera o divórcio entre ambas, encontra-se mal preparado para compreendê-las.

Um dos processos sociais mais importantes nas sociedades atuais tem a ver com a desprivatização do modelo de família burguesa que conhecemos. Certas zonas da vida cotidiana, consideradas como adequadamente regulares pelo poder privado da família patriarcal, estão sendo crescentemente submetidas a formas mercantis de troca e à intervenção do Estado. No caso dos serviços domésticos, por exemplo, a privacidade da família se vê cada vez mais infiltrada por um conjunto de políticas sociais e serviços (...).



Ou seja, a mulher não necessita mais sair para o mundo do trabalho para ter contato com o mundo público, lá fora. A consequência disto é que o mundo privado, doméstico, cada vez menos se diferencia do mundo público e da economia de mercado e, portanto, sua capacidade mesma de produzir aí uma identidade distinta vem se enfraquecendo acentuadamente.

O terceiro ponto que gostaríamos de ressaltar se refere a crise psicossocial que Darcy de Oliveira aponta como resultado do ingresso das mulheres no mercado masculino. Esta crise parece-nos ser um fenômeno datado e socialmente circunscrito a uma classe e geração de mulheres para as quais os mundos público e privado encontravam-se muito distanciados. A questão que parece relevante, hoje, se as novas gerações de mulheres efetivamente vivem suas dificuldades como produto das exigências contraditórias entre o mundo doméstico e o mundo lá de fora, ou - o que é mais plausível - como resultado daquelas dimensões que os articulam e mantêm as mulheres numa posição subordinada.

Não fica muito claro o que o "feminismo da diferença" deseja: será o caso de as mulheres manterem suas tarefas tradicionais, mas livre do seu sentido subordinado e desvalorizado, ou de desaparecer a divisão sexual das tarefas? Em relação à divisão entre o público e o privado, a questão, igualmente, seria o que se pretende: uma valorização na esfera pública das atividades, valores, cultura e éticas privados, anteriormente desprezados, ou uma superação das distinções, isto é, uma utopia sem uma esfera pública de competição, agressividade e rendimento? No primeiro caso, qual lógica social levaria à manutenção dos valores e atividades tradicionalmente masculinos, a uma posição subordinada e que, em contrapartida, valorizasse tudo aquilo que expressa o feminino? No segundo caso, a proposta de uma feminização da vida social não seria ela também uma visão totalitária da cultura, justamente uma negação da diferença?

Natureza e cultura

A distinção entre natureza e cultura e, especialmente, as práticas que cada uma delas autoriza, é um assunto em constante disputa entre as ciên-

cias, as religiões, os políticos, os agentes econômicos, os governos etc. Recentemente, o movimento ecológico se constituiu em mais um grupo em condições de oferecer uma definição desta divisão, em contraposição às representações até então dominantes. Alertando para o caráter não inesgotável dos recursos da Terra da fragilidade de seu equilíbrio, os ecologistas lutam pela redefinição da relação entre homens e mulheres e a natureza.

O "eco-feminismo" ou o "feminismo da diferença" consideram que as mulheres teriam um lugar privilegiado na luta ecológica porque a vivência no mundo doméstico as protegeu da lógica produtivista e da cultura industrialista. Darcy de Oliveira (1991) destaca esse papel das mulheres ao afirmar que "quando a humanidade se dá conta da necessidade de retomar o diálogo com a natureza depois de um

fracassado projeto de se desvencilhar dela ou de ignorá-la, talvez seja pela mediação do feminino emergente que esta retomada de contato se possa dar"⁽⁵⁾. Isto porque "o diálogo com a natureza pressupõe um *aggiornamento* que parece mais fácil às mulheres, que dela menos se distanciaram"⁽⁶⁾.



A forma como se pretende justificar a participação e, possivelmente, o poder que as feministas buscam alcançar no interior do movimento ecológico, parece-nos muito problemático.

Pretende-se valorizar o papel das mulheres na medida em que se aproxima o feminino da natureza ou, em outras palavras, seria em virtude da experiência no domínio doméstico, especialmente da materialidade, que as mulheres estariam capacitadas à crítica ecológica? Aqui, defrontamo-nos novamente com a questão da ênfase na singularidade da experiência feminina, que produz uma definição do feminino e acaba por gerar

um discurso essencialista. Uma reflexão mais adequada deveria levar em conta que as mulheres, ao mesmo tempo em que são sujeitos situados nos papéis sociais, possuem, entretanto, uma subjetividade humana que sempre excede ou transborda os limites da identidade de gênero. O envolvimento das mulheres e das feministas na luta ecológica se deve muito menos à vivência feminina do lar e da família - mesmo que o "eco-feminismo" encontre aí afinidades - e muito mais ao acesso ao mundo público, onde ganharam experiência política, uma visão mais ampla e diversificada dos problemas humanos, confiança para criticar a cultura e propor mudanças.

Alguns comentários poderiam ainda ser feitos sobre a crítica que o "eco-feminismo" faz às contribuições da ciência, especialmente na área da reprodução humana. Acusa-se a ciência de descobrir meios de controle, coerção e destruição terríveis e de se servir deles sem qualquer preocupação humanitária ou ecológica. Mas a contribuição do pensamento e da prática científica tem sido muito mais complexa do que esta avaliação supõe. O próprio feminismo percebeu uma relação positiva entre a ciência e a emancipação das mulheres. As análises feministas da revolução dos costumes, iniciada na década de sessenta e, principalmente, do movimento de liberação das mulheres, têm reconhecido um lugar de destaque para a descoberta e generalização de novos métodos contraceptivos que, de modo geral, liberaram a sexualidade feminina dos estreitos limites da reprodução. Da mesma forma, a crítica que as eco-feministas manifestam, frente aos métodos

de inseminação artificial ou de esterilização, contrapõe-se ao antigo *slogan* do movimento feminista **nosso corpo nos pertence**, que procura enfatizar a liberdade de escolha das mulheres sobre a procriação, em contraposição ao eco-feminismo que procura prescrever opções e métodos "politicamente corretos". Certamente, a ciência, os cientistas e suas práticas devem ser permanentemente acompanhados e discutidos pela sociedade e pelos movimentos de mulheres, principalmente quando intervêm sobre o sistema genético e as formas avançadas de reprodução, que têm impactos colossais sobre o futuro da espécie humana.

Finalmente, a ênfase na dimensão natural do feminino deve ser tratada com muita cautela porque foi justamente ao redor desta idéia que se construiu um sistema de discriminações e exclusões, não apenas com relação ao gênero como também à raça e a vários povos. Mais ainda, atribuir ao natural uma dimensão absolutamente virtuosa é partilhar de uma visão romântica que desconhece que a natureza tanto pode ser fonte de vida como de morte, de criação como de destruição, de prazer como de sofrimento. □

Bila Sorj é Doutora em Sociologia pela Universidade de Manchester (Inglaterra). É professora adjunta do Depto. de Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ e dedica-se ao estudo de relações de trabalho, setor informal e relações de gênero.

1) Darcy de Oliveira (1991), p. 103. (2) *op.cit.*, p. 73. (3) *op.cit.*, p. 71. (4) *op.cit.*, p. 102. (5) *op.cit.*, p. 16. (6) *op.cit.*, p. 17

Referências bibliográficas
BAUMAN, Z. *Thinking Sociologically*. Oxford: Brasil Blackwell, 1990
DARCY DE OLIVEIRA, R. *Elogio da Diferença: o feminino emergente*. São Paulo: Brasiliense, 1991

GILLIGAN, C. *In a Different Voice. Psychological theory and women's development*. Cambridge: Harvard University Press, 1982.

YOUNG, I.M. "Impartiality and the civic public: some implications of feminist critique of morals and political theory". In: BENHABIB, S.,

CORNELL, D. *Feminism as critique: on the politics of gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1980.

ENEPT - Uma Opção de Esquerda

ERNANI MOREIRA E DARLAN MONTENEGRO

A atuação do PT no movimento estudantil universitário se encontra num momento difícil. Este quadro é, em grande parte, fruto da política equivocada que predominava na direção do PT, que no ME levou a uma linha política vacilante na conjuntura e em práticas políticas incoerentes com o projeto de democratização das entidades que defendemos.

A inexistência de uma linha política de intervenção unificada; a desarticulação das estruturas partidárias, a ausência de espaços de discussão para o conjunto da militância (além de posturas pouco construtivas, como as dos militantes de "O Trabalho" e o "Projeto para o Brasil" que, em detrimento da necessidade de rearticular o PT no ME, priorizam a construção de suas próprias tendências, atuando com teses próprias, paralelas às do PT, nos fóruns do movimento) caracterizam um quadro de desintegração do PT no ME universitário.

É neste contexto que acontecerá, nos dias 06 e 07 de Dezembro, em Brasília, o V Encontro Nacional de Estudantes Petistas (ENEPT). Não será a tábua de salvação do ME petista, mas terá uma função primordial: reconstituir as estruturas partidárias e garantir espaços permanentes de discussão e elaboração que permitam, a médio prazo, a constituição de um projeto petista para o ME e uma contribuição significativa dos estudantes para o programa de governo de Lula. Além disso, é importante que o ENEPT crie condições para uma intervenção consistente dos

petistas nas questões imediatas da conjuntura e das universidades.

Diluição

Nos últimos dois anos, o acúmulo que o PT havia conseguido atingir, no sentido de unificar o conjunto de sua militância, para além das diferenças internas, foi seriamente abalado. Debilitada pelas derrotas sofridas na UNE para o PCdoB e nos projetos de universidade (durante o governo Collor, com a implementação do projeto neoliberal), a militância petista se voltou para projetos mais específicos e/ou regionalizados, enquanto que, ao nível nacional, nossa intervenção se resumia a uma disputa despolitizada pelo aparelho da UNE, que interessava cada vez menos aos

petistas que constroem o movimento no cotidiano das entidades dos cursos e universidades. Numa situação de ausência de projeto político e falta de perspectivas políticas de longo prazo, uma decomposição espontânea se verificou nas estruturas orgânicas do PT. Fato que não deixou de ser estimulado por aqueles que dentro do partido, defendem a sua minimização. A consequência natural desse processo foi uma drástica redução da democracia partidária e uma concentração das tomadas de decisões nas mãos daqueles que ocupam cargos de direção nas entidades nacionais.

Recomeçar

Reverter esse processo significa colocar a discussão política, os projetos, os objetivos estratégicos, à frente dos mecanismos de disputa pela maioria na direção da UNE. Significa retomar a intervenção unificada do PT, sem abrir mão da autonomia dos movimentos organizados. Acreditamos que é necessário recompor a direção do PT no movimento estudantil a partir desses critérios e da defesa intransigente da democracia e da participação da base partidária na tomada de decisões.

A partir do giro à esquerda dado no 8º Encontro Nacional, devemos aglutinar os setores que se identifiquem com a necessidade de estabelecer novos rumos para a intervenção dos petistas no ME universitário; rumos éticos, pluralistas, coerentes na defesa da democracia; rumos de esquerda. □

Ernani Moreira é Vice-regional São Paulo da UNE; Darlan Montenegro é membro da Executiva da UNE.



Tempos Negros Virão

JORGE NUNES SACRAMENTO *

Durante o 40º Congresso da UNE, em 1990, aconteceu a 1ª Reunião Nacional de Universitários Negros. Avaliando as diversas teses constatou a ausência de uma análise que levasse em conta a questão racial, assim como o racismo no Brasil.

Em 1991 foi realizada a 2ª Reunião Nacional de Universitário Negros durante o 41º CONUNE. Neste momento, estudantes da Bahia lançavam o manifesto intitulado "Nós os Negros". O manifesto avaliava as tendências e o eixo economicista e eurocentrista das elaborações do movimento estudantil. Esta reunião mobilizou mais de cem estudantes negros de cerca de treze estados e convocou o 1º Seminário Nacional de Universitários Negros, criou o Coletivo Nacional de Estudantes Universitários e o lançou o manifesto nacional "Negritude".

No 42º CONUNE (1992) foi apresentada a tese "Tempos Negros Virão: A Universidade que o Povo Negro Quer". Foram realizadas diversas plenárias e ampliados os contatos entre os universitários negros.

Em 1993 foi lançado o manifesto "A Juventude Negra Não Tem Cara Pintada", fazendo uma análise crítica da direção da UNE e das correntes do M.E. Em setembro de 1993 realizou-se o 1º Seminário Nacional de Universitários Negros (1º SENUN). Seus objetivos gerais foram a avaliação do papel da universidade brasileira em uma sociedade pluri-étnica; troca de experiências de trabalhos acadêmicos relativos à questão do povo negro; a relação entre a formação acadêmica profissionalizante recebida pelos universitários

negros e o ensino de 1º e 2º graus, tendo em vista a atuação profissional negra; avaliação dos 500 anos de invasão e a participação dos negros na diáspora africana.

O 1º SENUN caracterizou-se por ser um encontro com exposição de trabalhos e experiências, onde o direito à participação foi reservado àquelas pessoas que se entendiam enquanto negras. Este princípio guarda em si o objetivo da formulação por negros e negras a partir de suas experiências, colocando-os como sujeitos históricos e não objetos.

Por que os Cães não Ladram?

A realização do SENUN é, sem dúvida, um marco entre os universitários. Sua realização tardia atesta uma falha grave das entidades estudantis (incluindo a UNE) e de todos os setores que a compõem. A questão racial não é tida como

importante e muito menos, como estratégica na formulação de um projeto de universidade.

Omitir dos debates a questão racial é equivalente a entender como "natural" o fato de somente 1% da comunidade universitária ser de negros e negras.

O SENUN representa uma sinalização para a disputa do poder no seio de um espaço historicamente dominado pelos brancos. Representa um grande passo na construção de um projeto que oriente os interesses do povo negro na disputa da produção do conhecimento.

E o PT ?

OPT deve compreender, antes de tudo, o papel estratégico que representa a questão racial no processo de transformação social no Brasil, permitindo deixar de reproduzir as práticas racistas da politicamente branca sociedade brasileira.

As direções devem não somente apoiar, mas incentivar a organização dos negros no partido, dando condições políticas e materiais. No programa de governo deve ser abordada a questão racial, não de maneira populista ou demagógica, mas com a importância que ela tem.

Devemos compreender que a classe trabalhadora não é homogênea e que encerra contradições que não são abordadas. O racismo não é uma componente secundária, é antes de tudo um instrumento fundamental na manutenção do Estado burguês. Sem este componente, o projeto democrático e popular não passará de palavra de ordem e caso deixemos para discutir o racismo depois da revolução, certamente esta não acontecerá.

** Do Conselho Deliberativo Municipal do PT de Salvador (BA).*

Crises na Europa

ERNEST MANDEL

O projeto de unificação da Europa foi congelado a meio caminho entre uma zona de comércio livre e um Estado federal. A Ata Única e o tratado de Maastricht foram tentativas de desbloquear essa situação, criando uma moeda única, deixando-se para mais tarde a criação de uma autoridade política e militar comum.

Este texto, publicado em *Combate*, outubro de 1993, Portugal, questiona a falta de realismo deste projeto: uma moeda comum pressupõe uma política monetária e financeira comum. Mas, isso não implica uma política econômica única, ou seja, uma autoridade federal, desde o início?

A economia e a identidade

A tempestade monetária de julho (e suas consequências) significa que o Sistema Monetário Europeu, e o Tratado de Maastricht chocaram contra realidades econômicas e sociais. E essas realidades são, antes de tudo, as seguintes:

1. O desequilíbrio extraordinário entre o volume de capital-dinheiro e as reservas de câmbio dos bancos centrais.

Nos mercados cambiais, as transações cotidianas igualam o volume anual de comércio mundial (900 bilhões de dólares, três vezes mais que as reservas cambiais das sete principais potências industriais e dos membros menores da Comunidade Europeia). Quando há especulação frente à baixa de uma moeda, os bancos centrais não a podem defender, a não ser através das suas reservas cambiais. E em poucos dias o Banco da França perdeu cerca de 90% das suas, ao tentar defender o franco: uma causa perdida.

2. A inflação foi combatida mas não vencida. A média na Comunidade Européia situa-se atualmente entre 4 e 5%, o que representa uma perda de valor da moeda de 50% a cada 7 anos.

A tendência é então, para os capitalistas, a procura de valores-refúgio: bens imobiliários, ações, ouro. E nenhuma autoridade política, mesmo a mais tirânica, pode obrigar os proprietários de mercadorias ou de somas importantes de dinheiro a aceitar moeda em troca do seu patrimônio.

Por outro lado, as obrigações devem oferecer uma taxa de juros que cubra a inflação, o que explica o alto nível das taxas de juros (dos 2,6% na Alemanha aos 11,8% na Dinamarca) apesar da abundância de capital-dinheiro.

3. Todos os países europeus estão em recessão.

Maastricht pressupunha uma harmonização progressiva das condições econômica e financeiras dos países membros e o Sistema Monetário Europeu a colocação de uma fração das reservas cambiais em comum. Quando os negócios correm bem, esses sacrifícios são suportáveis - todos esperam vir a beneficiar. Mas quando os negócios correm mal é o "salve-se quem puder" que prevalece, sendo os ganhos de uns as perdas dos outros. Daí a dificuldade em fazer prevalecer as regras de Maastricht.

4. Ao contrário do que parece, foi o enfraquecimento da economia alemã - e não a sua força - que perturbou o Sistema Monetário Europeu: em seis meses as exportações alemãs caíram 10% e em um ano a produção industrial caiu 6%.

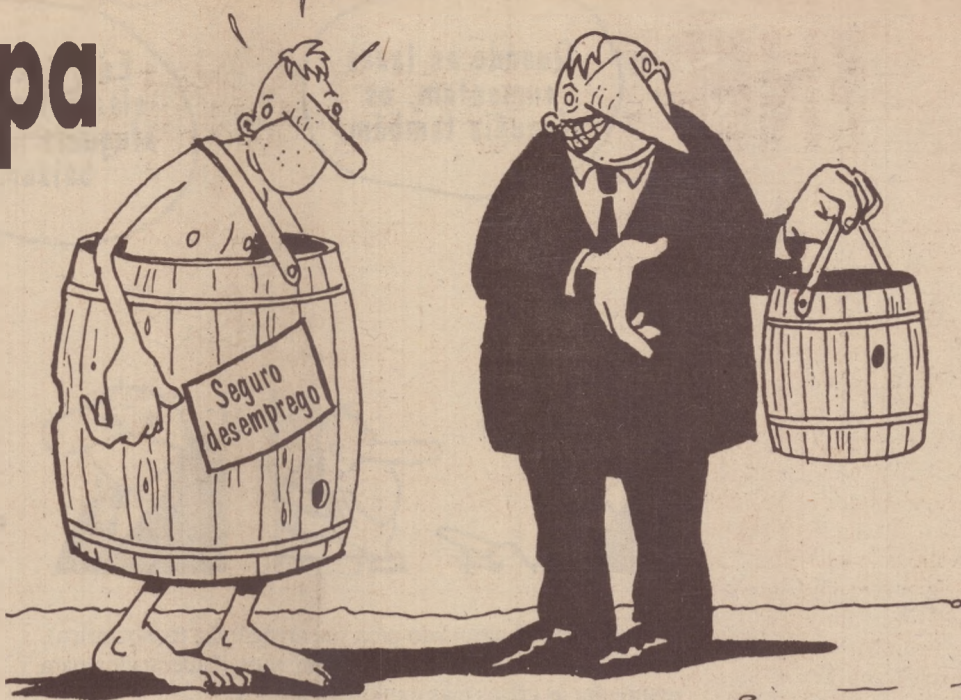
Essa crise tem também a ver com os custos da reunificação, que levaram a um enorme endividamento público. E a tentativa fracassada de relançar a conjuntura através da queda das taxas de juros (para favorecer o investimento) levou a uma desvalorização em cadeia: primeiro a libra, depois a lira, a peseta, a coroa sueca, o franco francês (para evitarem perdas de competitividade a nível externo).

5. Os demais países da Comunidade Européia confrontam-se com o mesmo dilema, agravado com uma debilidade econômica superior à da Alemanha.

É que toda política de relançamento agrava a inflação e toda política de defesa da moeda agrava a recessão.

Europa a três velocidades

Se em termos de capacidade produtiva se fala de uma Europa a duas velocidades, a nível financeiro as coisas processam-se de modo diferente.



6. A Europa tem, monetariamente, três velocidades.

Há a "zona marco", a "zona intermediária" (França, Inglaterra, Itália) e a "zona das moedas mais fracas". E se os países do Benelux (e eventualmente a Dinamarca) se integrarem na "zona marco", isso não significará a aceitação da ditadura alemã, mas a resposta aos desejos das burguesias daqueles países: basta ver que a Alemanha é o destino principal das suas exportações.

7. Há o risco de uma hegemonia alemã.

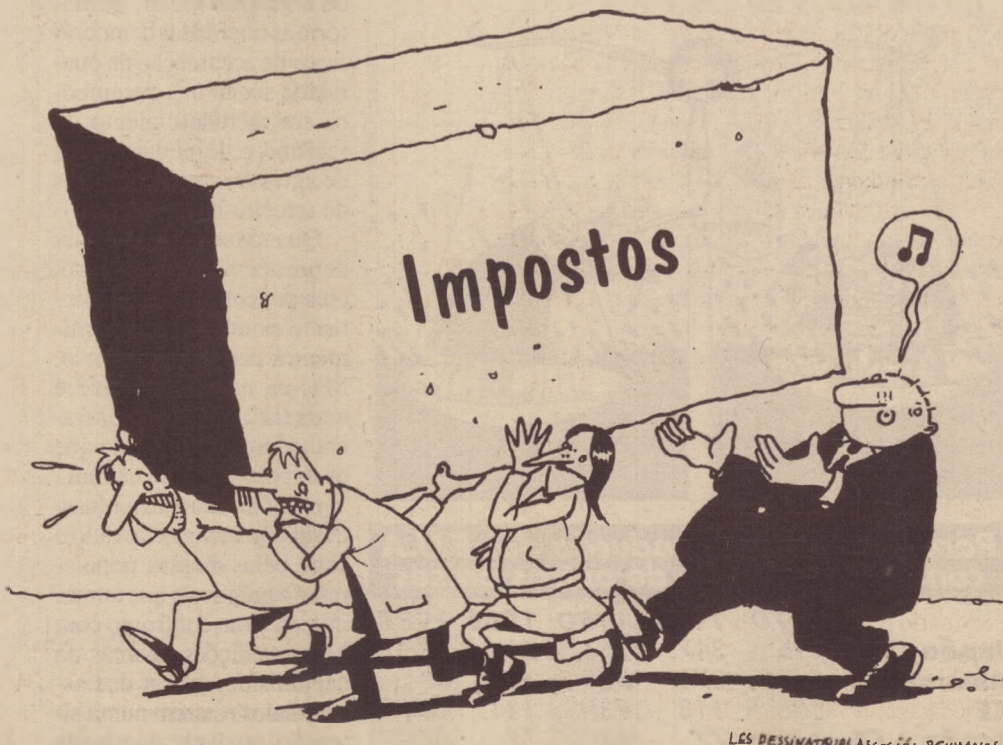
Apesar de haver interesse imediato em manter boas relações comerciais com a Alemanha, o decisivo será que a Europa se desenvolva como um todo: salvar a Comunidade Européia e desenvolver o comércio entre os doze é condição para a sobrevivência das várias economias.

8. A retomada da construção Européia tem por trás interesses poderosos, tendo à frente o das multinacionais de origem Européia.

É preciso ter em conta que em 1990 o comércio intercomunitário representava cerca de 60% do total do comércio externo dos 12 (para 49% em 1980). Além disso, é preciso ter em conta todos os monopólios prioritariamente orientados para o seu mercado interior, as multinacionais de origem extra-Européia, as pequenas e médias empresas ameaçadas.

Uma nação Européia?

As forças políticas ligadas à burguesia já constataram que as instituições Européias não têm legitimidade aos olhos das



LES DESSINATEURS ASSOCIÉS, REUMANN



O enfrentamento a Maastricht não tem sido levado a cabo pelas massas populares, apesar dos assalariados estarem numa situação terrível, dominada pelo desemprego.

massas (o que é agravado pela sua arrogância tecnocrática). Assim, transformam-se em instrumentos inadequados para responder às crises e às explosões sociais.

9. Os problemas e crises da unificação capitalista da Europa inserem-se num contexto mundial: a guerra comercial entre um triângulo (Europa, EUA, Japão) sem predomínio de nenhum dos lados.

10. Para as multinacionais de origem Européia (e outras forças políticas e econômicas), a consolidação da Comunidade Européia é a melhor defesa de seus interesses face à concorrência de americanos e japoneses.

11. As decisões monetárias do final de julho passado aumentam os riscos de especulação e as ameaças de desvalorização em cadeia.

A estabilidade cambial dos anos 80 baseou-se na longa retomada econômica após a recessão de 1980/81, privilegiando a especulação imobiliária e nas bolsas, que resultou na quebra de outubro de 1987. Hoje volta-se às bolsas e os valores das ações ultrapassam em muito os de 1987. Mas como os ganhos (mesmo tendo em conta a inflação) não têm reflexo em aumentos da produção, um novo outubro de 1987 pode estar no horizonte.

12. Reconhecer o papel da especulação como mecanismo intrínseco da economia capitalista e dos "valores" fundamentais da sociedade burguesa não é, decididamente, o "ar dos tempos".

Mitterrand e Balladur denunciaram a existência de um "complot" de especuladores internacionais contra a França, depois de terem acusado os "alemães" pelo ataque ao franco. Na esteira de João Paulo II ou do Aiatolá Khomeiny, as acusações têm o mesmo grau de credibilidade que as evocações do Diabo ou do Grande Satã.

13. A Ata Única é um empreendimento não-democrático de regressão social, atentatório às liberdades democráticas, de acentuação da dualidade social que desemboca em recrudescimento do racismo e do neofascismo, de agressão contra os povos do terceiro-mundo.

Quando se trata de ganhar depressa muito dinheiro, com poucos riscos, o patriotismo e outros nobres sentimentos perdem o seu peso. Mas na nossa sociedade é mais fácil identificar os trabalhadores imigrantes que os exportadores de capital.

O enfrentamento a Maastricht não tem sido levado a cabo pelas massas populares: é a burguesia que toma a iniciativa no confronto com as contradições internas do capitalismo, apesar dos assalariados estarem numa situação terrível; dominada pelo desemprego de a classe

dos assalariados estar mais do que nunca exposta a uma situação terrível - para ela a situação econômica e social é dominada pelo desemprego.

Robôs não compram

Na Alemanha, França, Itália ou Espanha o desemprego é superior, em termos absolutos, ao dos anos 30. O desemprego e o seu combate dominam as reflexões do movimento operário organizado e o estado de espírito das massas trabalhadoras. Neste clima o chanceler Kohl não hesitou em prolongar a semana de trabalho. Mas esqueceu que se os salários representam custos para cada empresa isoladamente, eles são também a principal fonte de poder de compra para os bens e serviços: os robôs não compram.

O chanceler Kohl, obedecendo aos conselhos de peritos em investimentos internacionais, reduziu as despesas públicas com funções sociais, para responder às exigências de Maastricht. Os governos italiano, espanhol e português seguem alegremente o mesmo caminho. Em Portugal faz-se mesmo questão de restabelecer o "direito" ao trabalho para crianças de 14 anos.

14. Para fazer frente a esta ofensiva capitalista, o movimento operário deve defender-se do mito de sua pretensa culpabilidade em relação ao desemprego.

Não são os altos salários os responsáveis pelo desemprego. Como as estatísticas mostram claramente são nos países onde se pagam salários mais altos que as taxas de desemprego são mais baixas. A responsabilidade é daqueles que decidem os investimentos, a sua dimensão e orientação. Os investimentos de racionalização suprimem empregos em vez de os criar.

Para uma ação unitária

Enquanto se discutir com base no consenso da necessidade de defesa da "competitividade nacional", os trabalhadores estarão sempre sacrificando os seus próprios interesses. Não se conseguirá resistir às ameaças de realocação dos centros de produção enquanto se aceitar este pretenso imperativo: as multinacionais terão sempre um país onde os salários e as contribuições sociais são mais baixos, para impor aos trabalhadores uma espiral de regressão social sem fim.

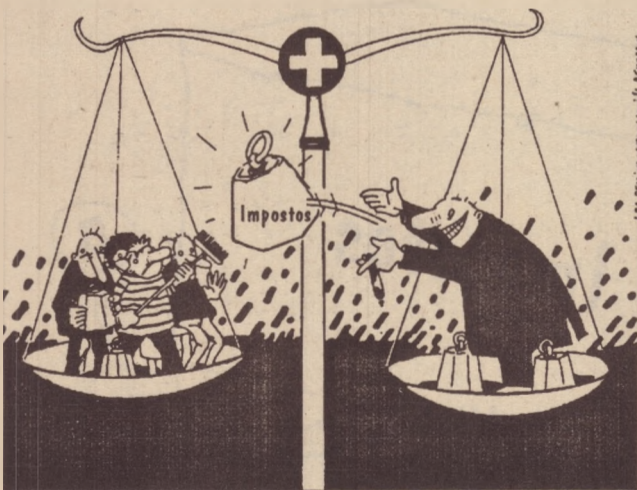
Contra Maastricht e contra o pós-Maastricht, a perspectiva nacional é mortal. A única resposta eficaz é a unidade de ação dos assalariados e oprimidos de todos os países, em vez de uma colaboração de classe com a burguesia nacional, Européia, mundial (como é exemplo a "conservação social").

É importante a criação de relações duráveis entre sindicatos combativos, a começar por aqueles que trabalham para a mesma multinacional.

Unamos força pela redução da semana de trabalho sem redução salarial, única forma de combater o desemprego. Não hesitemos em confrontar-nos com as instituições Europeias, com reivindicações sociais e democráticas precisas.

A prioridade deve se dirigir à agitação e a ação direta contra o desemprego, pela defesa dos imigrantes, contra o racismo e o fascismo, pela solidariedade com os povos do terceiro-mundo.

É preciso começar por ganhar algumas batalhas parciais. Não se inverterá o curso dos acontecimentos a não ser através de resultados práticos. A realização em 12 de junho de 1993 da Assembléia por uma outra Europa - a do trabalho, a da solidariedade, a Europa do coração - é um primeiro passo nessa via. Outros deverão seguir-se, outros se seguirão. □



Porcentagem da produção dos E.U.A comparado com a de outros países

	1970	1975	1980	1986	1987
Japão	495	317	254	214	188
Alemanha	547	371	330	469	401
CE	158	113	93	131	104
Japão + CE	113	77	64	77	67



Quem diria: na Suíça!

ERNEST GERMAIN

Este artigo, extraído de *Rouge*, publicação da LCR francesa, mostra que até a Suíça, país capitalista mais rico e mais estável, está sofrendo os efeitos da recessão e das políticas neoliberais. Com uma grande novidade: está se formando uma alternativa de esquerda com uma força eleitoral real.

As eleições de 17 de outubro no Cantão e na República de Genebra (Suíça Francesa) deram 19,24% dos votos à "Aliança de Esquerda".

O *Jornal de Genebra*, órgão dos bancos privados, comentou na primeira página os resultados destas eleições: *"terá soado a hora do compromisso helvético em Genebra? De fato, entre dois mastodontes, a direita liberal e a esquerda marxista, o espaço dos partidos centristas se reduz"*.

Ironia da história: é na Suíça - destinada a ser o "museu do capitalismo", segundo Lenin - que a "esquerda marxista" consegue 19,24% dos votos em eleições cantonais. Esta "esquerda marxista" reunia o Partido do Trabalho (PC), que tinha conseguido 7,8% dos votos em 1989, o novo movimento *solidariedadeS* (*solidarités*), e independentes. A "Aliança de Esquerda" teve 21 eleitos. Entre os 10 primeiros da lista, *solidariedadeS* tem 5, os independentes 2, e o Partido do Trabalho 3.

O outro "mastodonte" é o Partido Liberal, que teve 24,78%. A social-democracia passou de 19% a 13,78%, e os ecologistas de 12,3% a 7,76%. A extrema-direita foi retalhada. A Democracia Cristã e o Partido Radical - dois partidos burgueses pilares do regime político - totalizaram respectivamente 12,35% e 13,39%.

A explosão do desemprego

Não se pode compreender este choque eleitoral sem levar em conta o giro brusco porque passa a Suíça, nos planos social e econômico.

Alguns números permitem avaliar a amplitude da mutação. Em 1989, o Cantão de Genebra tinha 1.794 desempregados e desempregadas, isto é, menos de 1% da população ativa. Em 1992, as estatísticas registram 9.644 sem-emprego, e em setembro de 1993, 15.887, isto é, 7,7% da população ativa. Não estão incluídos os franceses que moram na fronteira e perderam seus empregos, os trabalhadores sazonais (licença de trabalho de 9 meses) ou anuais, exportados como desempregados para seus países de origem. O movimento é o inverso para os capitais - entre outros, franceses - que procuram se proteger e se rentabilizar nos bancos de gestão de fortunas privadas de Genebra.

É, assim, com um pano de fundo de traumatismo social que se desenrolaram as eleições de Genebra. Nas duas recessões precedentes - 1974/75 e 1981/82 - o choque do desemprego foi

muito mais reduzido. O "colchão amortecedor" dos trabalhadores imigrantes funcionou plenamente. Além disso, os bancos, as seguradoras, os serviços públicos (saúde, educação, transportes públicos) absorviam ainda mão-de-obra. Desde 1981, o número de trabalhadores imigrados com licença de residência cresceu fortemente, tornando mais difícil "expulsá-los".

Desta vez, a crise se combina com um processo de racionalização industrial brutal. E os bancos e seguradoras começam a demitir, pois sua expansão se faz prioritariamente em direção à Europa. E a informatização permite uma redução do pessoal.

Assim, na Suíça, como em Genebra, o desemprego é uma novidade. Há ao mesmo tempo uma confusão, um medo, mas também uma não-aceitação, uma recusa, a procura de uma resposta.

Surgimento de *solidariedadeS*

Neste contexto, dois acontecimentos se combinaram para explicar o resultado da lista "Aliança de Esquerda". O primeiro: de 1990 a 1992 os empregados do Cantão de Genebra (dos professores às enfermeiras, passando pelos trabalhadores das vias públicas) conduziram lutas e greves - uma novidade! - que diziam respeito tanto às condições de trabalho quanto à defesa dos serviços públicos, e ligavam assim os servidores públicos e os usuários.

O segundo acontecimento: no fim de 1992 foi criado o movimento *solidariedadeS*. Juntaram-se dirigentes do movimento sindical - público e privado, do movimento ecologista radical, do movimento de inquilinos, e militantes da esquerda radical, entre os quais os membros da IV Internacional.

Este movimento se formou com base em um chamado à resistência contra as diversas facetas da ofensiva neo-conservadora, e na batalha por uma nova cidadania política, social e econômica.

Rapidamente, *solidariedadeS* se engajou numa iniciativa (proposta de modificação na lei feita pelos cidadãos) pelo direito de voto e a elegibilidade dos imigrados, que conseguiu quase 30% dos votos, resultado honroso para uma primeira tentativa. Em Genebra, 31% da população é estrangeira e sem direito de voto, e entre os assalariados, o número de imigrantes se aproxima de 50%.

Em seguida, *solidariedadeS* lançou uma iniciativa em favor de uma "contribuição de solidariedade": um imposto sobre as grandes fortunas e as sociedades financeiras para a criação de um fundo de ajuda para os desempregados e desempregadas (formação, reciclagem, etc.).

A "Aliança de Esquerda", que tinha um programa de algumas reivindicações concretas, deixou a cada componente a responsabilidade de fazer sua própria campanha. *SolidariedadeS* centrou a sua nos temas de: redução drástica do tempo de trabalho com manutenção do poder de compra; pela concretização da igualdade entre homens e mulheres nos planos salarial, do status profissional, da formação, das carreiras; contra o "menos Estado" neoliberal e pelo desenvolvimento dos serviços públicos menos hierarquizados, democratizados e com garantia de equidade de acesso e de qualidade dos serviços para os usuários; pelo direito à habitação; contra a energia nuclear e por uma outra política energética.

SolidariedadeS fez uma campanha intensa em todo o cantão, e organizou no dia 8 de outubro um comício com mais de 300 participantes, no qual tomaram a palavra, entre outros, Luciana Castellina, diretora do semanário *Liberazione* (de Rifondazione Comunista, na Itália), Michel Ducommun, encabeçador da lista de *solidariedadeS* e dirigente do movimento de luta dos empregados públicos, e Christian Ferrazino, do movimento dos inquilinos. No dia 9 de outubro, foi feita uma mesa redonda sobre o tema "Crise Social e Nova Cidadania", com Daniel Bensaid (LCR-França), Jacques Kergoat (diretor da revista francesa *Politix*), Didier Motchane (Movimentos dos Cidadãos - ala egressa do Partido Socialista Francês), Gilles Godinat (*solidariedadeS*-Genebra) e Charles-André Udry (*solidariedadeS*-Vaud).

A necessidade de fazer uma discussão programática e estratégica é uma das preocupações de *solidariedadeS*; a idéia que se debateu nesta mesa é que isto deve se fazer numa escala nacional e internacional, no quadro de uma reorganização da esquerda radical.

Mesmo breve, toda a história de *solidariedadeS* permite pensar que este movimento conseguirá enraizar-se ainda mais no terreno social, para organizar a resistência e fazer surgir possibilidades de contrarrestar a política neoliberal, com propostas precisas. □

As eleições de 17 de outubro no Cantão e na República de Genebra (Suíça Francesa) deram 19,24% dos votos à "Aliança de Esquerda".

A "Aliança de Esquerda" teve 21 eleitos. Entre os 10 primeiros da lista, *solidariedadeS* tem 5, os independentes 2, e o Partido do Trabalho 3.

De Tiananmen ao capitalismo

No presente artigo, publicado na revista belga *La Gauche*, Roland Lew, professor da Universidade Livre de Bruxelas e colaborador habitual do *Le Monde Diplomatique*, depois de uma viagem pela China, narra suas impressões sobre este país. Na edição do ET 263, de dezembro de 1992, publicamos do mesmo autor, "China: Volta ao Capitalismo", que saiu em julho de 92 no *Le Monde Diplomatique*.



ROLAND LEW

Estranha esta China das cidades. Espera-se encontrar uma sociedade urbana imobilizada depois dos trágicos acontecimentos de 1989, sempre a espera de mudanças políticas iminentes... Espera-se ver uma sociedade cheia de medo: depois de tudo os vencedores de 1989, os que massacraram o protesto estudantil, seguem no poder, entre eles o primeiro ministro Li Peng, que acaba de ser renovado em seu cargo por mais cinco anos. E se constata uma liberdade de ação, e até de vigor, em uma população que se vê envolvida pelo auge econômico (cerca de 20% de crescimento industrial em 1992), apanhada pela paixão dos negócios, sedenta de consumo e decidida a levar a cabo sua vida e seus projetos com, sem ou contra o poder.

Arrastados pelo auge econômico

Acredita-se estar se visitando um dos últimos bastiões do estatismo "socialista" (um contrasenso que não impressiona mais a ninguém, já faz bastante tempo) e o capitalismo é visível em todas as partes, anunciado (fora algumas precauções de estilo sobre "a economia socialista de mercado", objetivo que acaba de ser inscrito na Constituição), esperado nos meios urbanos mais ativos. Esta vontade de constituir um capitalismo chinês, que apenas oculta o seu nome, está proclamada desde a ofensiva de Deng Xiaoping no começo de 1992, oficializada no XIV Congresso do partido em outubro desse mesmo ano e reafirmada recentemente na sessão de primavera da Assembléia Nacional Popular.

Não sendo ingênuos sobre a evolução efetiva do país, sobre a distância que há entre o discurso e a realidade, ao menos se espera poder notar a presença de um Estado autoritário. Mas, pelo contrário, múltiplos sinais testemunham a existência de um governo débil. Sistema repressivo e rechaço a qualquer oposição aberta, mas fragilidade de autoridade do estado no terreno econômico e social, constituem uma espécie de contraste, mas também um retrato da China da década de 90: um país que ainda tem que adotar decisões fundamentais, ou ao menos confirmar abertamente as que estão em marcha.

Já há um ano, o PCCh reafirma uma e outra vez uma orientação resoluto até o mercado, uma política válida para cem anos, segundo dizem; mas nada está ainda decidido, pois tudo está bastante vinculado à iniciativa de um ancião que tem cerca de noventa anos e sem sucessão assegurada. O sucessor designado, Jiang Zemin, acumula uma soma de poderes que parecem tão importantes como os que reunia Mao em sua época de glória: secretário geral do PCCh, presidente da República Popular da China e presidente da poderosa comissão militar do PCCh. Mas isto apenas impressiona o povo Chinês: continua a ter menos poder que Deng Xiaoping, apesar deste não ter nenhum título oficial.

Em 1993, a China das cidades consome com voracidade, se

veste de couro (de fabricação chinesa), busca diversões *new look* vindas do Japão ou de Hong Kong. Mais ainda, tenta montar seu pequeno negócio para melhorar rapidamente seu nível de vida, e os mais hábeis esperam alcançar um poder de compra equivalente ao do Ocidente ou de Hong Kong, incluindo, é claro, a posse deste bem escasso e particularmente querido, o carro.

O governo é débil e sentido como tal, mas a experiência tem demonstrado a qualquer cidadão chinês o risco de voltar a uma política de arrocho, a imprevisibilidade e a arbitrariedade do partido-Estado. A incerteza não está tanto na batalha inevitavelmente próxima pela sucessão de Deng Xiaoping, mas na viabilidade do desenvolvimento atual, na continuação dos êxitos do momento.

Ceticismo sobre a democracia

Estas incertezas mostram uma China que muda e que segue igual a si mesma. Consciente de sair de um subdesenvolvimento que segue onipresente, na realidade e na vida cotidiana, na cidade e no campo - onde, como tem ocorrido em toda a sua história, algumas más temporadas agrícolas pode pôr tudo em questão.

Ninguém sabe na China, nem entre a população nem entre as altas esferas do poder, quem tomará realmente o lugar de Deng Xiaoping, em que contexto e com que finalidade: se será para assumir alguma transformação ou para impor não se sabe se um refluxo. Aceita-se, sem muita dúvida, que se espera um novo "imperador", certamente autoritário, mas que não seja um déspota: um chefe decidido que leve mais adiante as mudanças atuais, ou responda às aspirações do povo. Não se imagina, não se considera na ordem do dia, em um momento de virada na história chinesa, que o povo tenha algo a dizer sobre o que é, nem mais nem menos, o futuro da nação.

Reflete-se assim o freio autoritário marcado no terreno político pela breve, mas severa, repressão de 1989. Mas vai mais longe. Os cidadãos não estão convencidos de que a China vá viver outra coisa que não seja um poder ditatorial. Há um grande ceticismo sobre a possibilidade da democracia neste país-continente (ao mesmo tempo se é consciente dos progressos levados a cabo neste sentido na ilha de Taiwan).

O ceticismo não é menor sobre a profundidade das convicções democráticas de numerosos dissidentes de 1989. De alguma forma eles se vêem como demasiado chineses e demasiado saídos da experiência autoritária da República Popular da China para pensar que tenham uma verdadeira aspiração democrática.

A democracia é para depois, para quando o povo esteja mais educado, dizem espontaneamente numerosos interlocutores, retomando, sem dúvida, inconscientemente, mas com sinceridade, um velho argumento bastante utilizado durante o século XX na China, tanto pelos nacionalistas do Kuomintang como pelos comunistas. Assim se pode ver, nas mudanças atuais, uma certa China da tradição, velhos reflexos de defesa das elites.

Os cidadãos não estão convencidos de que a China vá viver outra coisa que não seja um poder ditatorial. Há um grande ceticismo sobre a possibilidade da democracia neste país-continente.

O peso do mundo rural

A sociedade das cidades, em seu dinamismo, ressalta sensivelmente a importância da presença rural no mundo urbano. Isto tem que ver, em primeiro lugar, com a existência nas cidades de numerosos camponeses migrantes: os setores que vieram do campo desde 1949. Este é um tema clássico de todo processo de industrialização. Mas na China isto vai mais longe: a cidade chinesa - inclusive as que são mais cidades entre as cidades, como Shangai ou Pequim - têm sido desde sempre, e também o são hoje, o **campo na cidade**. Esta realidade, toma todo o seu significado positivo e negativo.

Com efeito, o país sobreviveu aos maus remédios da era maoísta e manifesta hoje tal vitalidade, graças precisamente a que o mundo rural não é só a grande maioria da nação como forma também a substância das cidades. Os traços e os valores camponeses explicam em grande parte os êxitos atuais.

A China que se move rapidamente, sem vacilações, disposta a mudar um sistema econômico por outro, indiferente por toda parte ao nome (se o que se faz espontaneamente é capitalismo, vale; e se tem que chamar de outra forma, também vale, inclusive se o poder decide um dia, em seu delírio, que se trata do "capitalismo-comunista"), está formada por um mundo camponês que tem impregnado todo o corpo social com sua incrível capacidade de resistência, adaptando-se e até arrastando-se quando era preciso, mas sempre disposto a reincorporar-se, a ativar-se, a aproveitar as oportunidades de melhorar, ao menos provisoriamente, sua condição: a sua e a de seus próximos (a família, o clan...), mas não muito mais além.

O horizonte camponês é sempre estreito tanto na cidade como no campo. Mas com seu comportamento otimista, com tal energia na busca de uma solução concreta, imediata; com tal determinação para aproveitar as oportunidades presentes e avançar sem excessivos sentimentalismos, com um sentido apurado de cálculo e das possibilidades do momento! É assim como o campesinato sobreviveu no passado, e a história do século XIX e de uma grande parte do século XX tem sido particularmente dramática para ele.

O campesinato se serviu dos mesmos valores, as mesmas astúcias, as mesmas qualidades frente ao regime maoísta: favorável à reforma agrária de 1950 que redistribuiu as terras, tal como esperava desde há muito tempo; mais reservado mas, aparentemente, não verdadeiramente hostil à coletivização imposta por Mao (mais que pelo regime) em 1955-56.

O desastre do Grande Salto Adiante, que ocasionou uma terrível regressão econômica e três anos de fome, a decepção pelos fracos resultados das décadas de coletivização, empurraram os camponeses, depois da morte de Mao (1976), a pressionarem por tentar outra orientação. Assim teve lugar, contra a opinião do regime, mas com seu acordo, a descoletivização galopante do começo dos anos 80, a volta a agricultura familiar privatizada de fato (embora não de direito). A hora da iniciativa rural individual (ou do clan) havia chegado, sempre com prudência e muito cálculo, persuadindo o poder e os chefes locais, mas com resolução e ao preço de um trabalho incansável.

O efeito arrastão que teve sobre as cidades foi irresistível, porque o mundo social urbano não é muito diferente, no essencial, do que há no campo. Sua experiência sobre o socialismo foi certamente diferente: o camponês só pode obter o que conquista por meio de seu trabalho, o seu e o de sua família, utilizando todos os vínculos, todos os meios, inclusive a sobreexploração de seus agregados ou de outras pessoas. Na cidade, o sistema estatizado oferecia menos espaço à iniciativa até muito pouco, mas era trocado permitia acesso a uma vida tranquila e proporcionava algumas vantagens que tinham recebido, mais que conquistado, durante o período maoísta.

Fazer negócios

O meio urbano está submetido há anos a pressões produtivistas que não garantem a consolidação das vantagens; de outro lado, as oportunidades de iniciativas privadas se tem multiplicado. Nestas circunstâncias, o cidadão, como bom camponês urbanizado, se flagrou e se precipita cada vez mais até as delícias dos negócios, a fim de obter um gozo imediato, uma melhora perceptível - hoje, não amanhã - de sua condição.

É surpreendente o entusiasmo dos cidadãos decididos a "engolir" tudo o que se oferece no comércio e nos prósperos mercados, a desfrutar de tudo que se pode levar à boca, a comprar vestidos, móveis para seus apartamentos... para fazer sombra aos demais e a si mesmo. Nesta avidez, neste afã por consumir, como se se vivesse na incerteza do presente e do amanhã, se descobre a revanche sobre a desgraça rural e os sofrimentos do passado.

Os traços procedentes do mundo camponês, dessa ruralidade que continua presente na cidade, se encontram também em alguns meios sociais que se sentiriam molestados ou até mesmo insultados por exemplo entre grande número de intelectuais das cidades. Basta ver sua recusa a toda discussão demasiado abstrata, onde não se vê a repercussão concreta ou inclusive vantagem imediata; ou constatar a exaltação, a alegria que têm quando se trata de montar um negócio ou pôr em andamento um projeto concreto.

Acadêmicos de alto nível animam-se em meio a uma discussão banal e rotineira, ao explicar o projeto de posto de serviços que pensavam montar em seu instituto, para aumentar o seu pequeno salário... Estamos longe da imagem do intelectual tradicional, do "mandarim" e de seu desprezo ancestral pelo comércio e os negócios; desprezo compartilhado muito tempo por uma tradição militante comunista, mas atualmente derrotada pelo auge desta aflição pelos negócios (ou pela exploração dos negócios de outros) espalhada entre os quadros do PCC, também filhos e netos de camponeses (isto afeta menos as mulheres, mas elas também estão começando).

Esta realidade do campo na cidade recorda o caso soviético.

O historiador Moshe Lewin mostrou de forma convincente que somente poderia se entender a sociedade soviética dos anos 30, tendo em conta a dimensão que tomou a ruralização das cidades pela afluência de camponeses; o que teve consequências importantes sobre o sistema soviético, sobre as realidades do stalinismo (que, por exemplo, manipulou a demonologia popular) e sobre uma importante problemática e dificuldade: a constituição de espaços para o exercício da cidadania.

Esta constatação vale para a China comunista. O campesinato chinês tem arcado, como em outras partes, com o peso do desenvolvimento econômico e pago o preço da arbitrariedade de seus chefes, sofreu os caprichos de Mao. Além disso, conseguiu preservar uma continuidade de seus valores e, a sua maneira, contribuiu muito para salvar o país, tanto em períodos de guerra (civil ou com o exterior) como de paz.

Fragilidade urbana

Mas o verdadeiro preço desta proeza foi a fragilidade de uma espécie de "civilidade" urbana, para não dizer de civilização urbana, sua ausência de autonomia. Dito de outra forma, permanece hoje uma figura que esteve muito presente em toda a história chinesa: a débil autonomia do débil espaço social urbano, a falta de um espaço próprio para a cidade, separado do campo e mais ainda das tentações e atribuições do poder.

Esta separação da cidade de sua origem camponesa, a construção de um universo próprio com seus valores e comportamentos sociais diferentes, é ainda um assunto pendente.

As cidades têm estado à frente das transformações econômicas, tomando o lugar do dinamismo do campo nos anos 80. Mas não orientam politicamente, socialmente, até um processo novo. Isto é algo que chama a atenção em cidades como Pequim ou Shangai, ainda que esta última se mostre orgulhosa de seu prestígio de grande cidade portadora da novidade na China.

Esta presença rural nas cidades, apesar de não ser uma exclusividade chinesa explica o atraso político desta sociedade, ou se se quer, a relativa facilidade com que o poder comunista tem controlado uma sociedade urbana que é cada vez mais renitente ao velho autoritarismo imposto pelo partido-Estado.

Esta situação não era clara ainda no momento da explosão da primavera de 1989, que revelou os descontentamentos dos estudantes e da sociedade urbana, mas também a falta de preparação desse mundo para substituir o outro, para propor alternativas com credibilidade. A oposição era de fato muito débil, estava muito pouco enraizada em modificações que também eram insuficientemente inscritas na paisagem social. E hoje está ganha para o frenezinho dos negócios...

A República Popular da China tem vivido sobre uma espécie de paradoxo da separação/não separação entre cidade e campo. O mundo social não está claramente separado, e em particular a cidade não tem ainda um lugar próprio e não pode jogar seu papel de animadora das mudanças sociais e políticas.

Mas a cidade está separada economicamente do campo; inclusive se pode dizer que, desde 1949, foi protegida da intrusão camponesa por uma espécie de cordão sanitário, conservando até hoje em dia privilégios negados à maioria camponesa, porque o país era demasiado pobre para generalizar suas vantagens (seguridade social, educação...).

Este corte, refletido no famoso *Hukou*, a permissão de residência na cidade (uma obrigação que hoje é alegremente passada por cima) e vigorosamente mantido pelo poder maoísta, dissimulou o parentesco, a continuidade social entre cidade e campo, e a vitória inconfessa da gente do campo. □

É surpreendente o entusiasmo dos cidadãos decididos a "engolir" tudo o que se oferece no comércio e nos prósperos mercados.

Neste afã por consumir, como se se vivesse na incerteza do presente e do amanhã, se descobre a revanche sobre a desgraça rural e os sofrimentos do passado.

A separação da cidade de sua origem camponesa, a construção de um universo próprio com seus valores e comportamentos sociais diferentes, é ainda um assunto pendente.

SOLIDARIEDADE

Encarte Sindical do EM TEMPO:

PT

É uma das mais importantes conjunturas vividas no Brasil: o campo democrático e popular está prestes a abalar a já longa e decrépita hegemonia burguesa na sociedade. Nesse quadro pesa decisivamente a atuação do PT e da CUT.

No debate partidário recente participamos de um esforço que já colheu importantes vitórias na preparação do PT para o período. E o PT tem sido um fator decisivo para o movimento sindical combativo. Mais uma vez é isso que está posto!

No caminho da preparação do 9º Encontro Nacional do PT e do 5º Congresso Nacional da CUT a organização partidária dos sindicalistas petistas revela-se uma necessidade para o movimento sindical. Mas, **"por onde começar?"**. Respondem dois sindicalistas que são dirigentes partidários.

A redação

"...prepararmos para o exercício do poder..."

Ao pensarmos o movimento sindical e a CUT, podemos fazê-lo avaliando o seu papel politizador. Entretanto, nosso objetivo aqui é avaliarmos a CUT a partir de um diagnóstico crítico e pensarmos eventuais soluções.

O que mais impressiona no atual quadro da CUT é a sua divisão em correntes de opinião e como são tratadas as divergências que têm entre si. No PT quando alguém quer, numa palavra, atingir a CUT, faz logo referência à "pancadaria" do 4º CONCUR!

Se um dos papéis centrais dos sindicatos é promover a unidade dos trabalhadores (na luta contra o desemprego, o arrocho salarial, etc) independentemente de convicções político-ideológicas, o que explica tamanha divisão? É possível superá-la? Que iniciativas devem haver? O PT tem algum papel?

Primeiramente é importante frisar que divergências não são um problema em si. Portanto, a reflexão, o debate de idéias, as experiências diferenciadas devem ser estimuladas e não amordaçadas. Ocorre que este embate não pode se travar de maneira que se rompa com o respeito e a solidariedade entre militantes.

Na raiz das disputas internas da CUT estão temas relevantes como: papel das oposições sindicais; a CUT como estrutura orgânica ou como movimento; a liberdade, autonomia e independência sindical; uma nova estrutura sindical; a CUT enquanto movimento de massas; a democracia interna; seu caráter classista; a organização em locais de trabalho; a auto-defesa; a questão internacional, etc. Em alguns destes pontos, houve evolução até para virtuais consensos, menos pelo debate e mais pelos fatos.

Mas a CUT hoje não tem lutado como outrora. Há um nítido esgotamento político que se expressa por uma trajetória previsível, onde se percebe grandes dificuldades

2 O PT é hoje a ferramenta fundamental para a disputa da hegemonia política no país, e assim iniciar a trilha das reformas estruturais que propomos.

Esse papel que já ficara mais que evidente em 1989, confirma-se em toda sua plenitude neste ano de 1993 (com o plebiscito, a campanha pelo reajuste mensal integral, na luta contra a revisão, agora na CPI da corrupção no Congresso, etc.)

Para essas tarefas, o resultado político do 8º Encontro Nacional do partido foi, sem dúvida, fundamental.

Assim, caminhamos a passos acelerados numa disputa cujo momento alto será a eleição presidencial - Lula 1994.

No entanto, se a campanha presidencial é o destaque de vanguarda da disputa política, o vasto campo do bloco democrático e popular está disperso. A começar pelo movimento sindical cutista.

Existe um esgotamento das forças internas da CUT enquanto geradoras de projetos políticos e centros de direção.

O polo político dinâmico no atual momento está no partido, e devemos fazer com que se reflita positivamente no campo sindical.

Mas os ventos fortes do 8º Encontro, das caravanas do Lula, das disputas nacionais, etc. não foram plenamente sentidos pelo geral dos petistas na CUT, sobretudo ao nível nacional, até pela interferência do que são os desvios acumulados - visão circunscrita aos aparelhos, autonomismo despolti-

de criar fatos novos, de empolgar a militância, que de forma mais ou menos unâni-

me quer mudanças.

E o que também tem acontecido ultimamente são disputas de sindicatos, entre chapas "da CUT". A central que durante um bom período aparecia para os trabalhadores como alternativa aos pelegos, aos traidores, aos burocratas, hoje aparece, muitas vezes dividida, com acusações mútuas tão violentas que praticamente inviabilizam a convivência política. Hoje na CUT portanto, tem desde afinidades e divergências políticas até inimizades intransponíveis.

Sendo a maioria da militância cutista, também petista, tudo que aplaudimos ou criticamos na CUT está portanto, intimamente vinculado ao PT!

Independentemente de uma análise mais elaborada de qual deve ser a relação entre partido e sindicato, ela existe. E o PT, em que pese resoluções dos encontros, pouco ou nada fez e/ou interferiu na questão sindical: delegou à CUT. Raros são os momentos que lideranças petistas se debruçam para tratar das questões sindicais.

As divergências e como as trabalhamos no PT, interferem na CUT. Respeitada a autonomia sindical, o PT tem um papel a cumprir junto à CUT.

A partir das resoluções partidárias, devemos iniciar imediatamente um processo de debates internos dos grandes temas, que construa a unidade partidária no terreno sindical. Não há nenhuma novidade na intenção e nem na proposta e isto já mostra a tremenda dificuldade.

Seria incorreto e ilusório ignorar mais de uma década de lutas, experiências e disputas. Mas está na hora de fazermos um balanço e nos prepararmos para o exercício do poder, que vai exigir sabedoria do PT e da CUT.

Arlindo Chinaglia, ex-presidente da CUT-SP e atual presidente do PT-SP



Por onde começar

tizado, rebaixamento da ação sindical, etc.

Mas por onde o partido deve (re)começar sua relação com os sindicalistas petistas?

Certamente não por nenhuma tentativa de resolver a curto prazo as mazelas da prática do dia-a-dia dos sindicatos... Aqui devemos pagar caro o preço de há mais de meia dé-

cada não tratar organizadamente dos temas sindicais nas instâncias partidárias - tal que enquanto o PT buscou incansavelmente sua atualização organizativa e democratização, a CUT e seus sindicatos pouco ou nada fizeram no sentido de responder a seus impasses organizativos e de perda de perspectiva democrática.

O ponto de retomada deve ser a discussão estratégica geral para o período. Aí o partido deve unificar sua militância sindical para atuar conjuntamente, seja na conjuntura que se abriu em 1993, seja no Congresso Nacional da CUT.

Dessa unificação política na estratégia, poderemos no caminho trabalhar os demais problemas políticos e sindicais. Poderemos, em primeiro lugar, recuperar a militância sindical para uma incorporação orgânica no partido.

Estas tarefas não são somente possíveis, mas são imprescindíveis para todos os companheiros comprometidos com a luta socialista. Porque o PT é hoje a ferramenta insubstituível para as tarefas históricas que temos e teremos nestes anos de disputa com a decrépita hegemonia burguesa no país.

Ronaldo Zulke, ex-dirigente do CPERS e atual presidente do PT/RS

"O ponto de retomada é a discussão estratégica..."

Volta às origens

É impossível exagerar a importância desses grandes experimentos sociais que tem mostrado nos fatos, não com meros argumentos, que a produção em grande escala e ao nível das exigências da ciência moderna pode prescindir da classe dos patrões - que utiliza o trabalho da classe dos assalariados.

Tem, mostrado também que não é necessário para a produção que os meios de trabalho estejam monopolizados e sirvam assim de instrumentos de dominação e exploração contra o próprio trabalhador. E tem mostrado, finalmente, que assim como o trabalho escravo, e como o trabalho servil, o trabalho assalariado não é mais que uma forma transitória inferior, destinada a desaparecer frente ao trabalho associado, que faz sua tarefa com prazer, entusiasmo e alegria...

Carlos Marx, no Manifesto de lançamento da 1ª Internacional, 1864

O movimento operário nasceu, na França, na recusa da relação assalariada; ainda está nas palavras de ordem da CGT, um grande sindicato francês, a abolição. Desde o fim do século XIX, porém, a classe operária passou a aceitá-la e hoje, a meu ver, ela aceitou em demasia, ou seja, o sindicato e o Partido Comunista Francês recusam a idéia de que os operários possam criar suas próprias empresas. É um paradoxo: o movimento francês começou como um movimento cooperativista, de operários que tinham domínio técnico, que não queriam entrar na relação assalariada, que queriam criar seus próprios empregos e depois de 1930, de maneira definitiva, o movimento operário francês considera que não é tarefa dos operários criar empregos, se ocupar da organização do trabalho. É uma reviravolta completa.

Alain Lipietz, economista de esquerda francês em Teoria & Debate n° 15, 1991

Faz um ano e meio que os trabalhadores, sob a condução do Sindicato dos Sapateiros de Franca-SP, iniciaram uma experiência de autogestão na Makerli, empresa de calçados que decretara falência.

O fechamento dessa planta seguia a lógica implantada pela aplicação do projeto neoliberal, que jogou o setor de calçados da sua mais aguda crise em 1991. Considerada uma empresa de porte médio, com 482 trabalhadores, não resistiu ao estrangulamento financeiro na recessão e abriu falência, junto com dezenas de outras do setor de calçados que também apelavam para a venda de parte de seu patrimônio para liquidar as dívidas e encerrar a produção.

Assim, a Makerli colocou todos os seus empregados sob regime de aviso-prévio com o objetivo de encerrar suas atividades em dezembro de 1991. O empresário demonstrava total descaso com a problemática social, econômica e financeira, já que caso fosse fechada, não prejudicaria somente os funcionários com centenas de demissões, como também a comunidade de Franca e região, além da economia nacional (já que trata-se de uma empresa de grande atividade no setor de exportações).

Ousar

O Sindicato dos Sapateiros de Franca, na difícil conjuntura que estava se vivendo nesse momento, optou por ousar. Ao protesto contra o desemprego em massa, assumiu a proposta de desenvolver a experiência de autogestão numa empresa de peso na categoria - desafiando a lógica dos capitalistas que na recessão buscavam concentrar o controle do mercado em mãos de um número menor de grandes empresas.

Na época um documento do sindicato e o DIEESE afirmava: "Essa medida dos acionistas de fechar a fábrica é, em se tratando da Makerli, uma decisão inédita no Brasil, isto é, fechar uma empresa com excelente quadro de pessoal, com uma carteira cheia de pedidos, e com tecnologia satisfatória no seu mercado. Prova disso foi o 4º lugar obtido pela Markerli no mercado calçadista de Franca, em pesquisa feita por clientes norte-americanos".

Para realizar essa proposta encomendou-se um estudo da situação da empresa e sua viabilidade, à par que se desenvolvia uma forte campanha política para legitimar a tomada da empresa pelos trabalhadores (já que isso dependia inclusive de conseguir recursos financeiros). Fato importante foi ainda que parte dos cargos de confiança da empresa se posicionou do lado dos trabalhadores contra os donos da mesma. O elemento que forçou todas as negociações foi a disposição que mostraram os trabalhadores de garantir a proposta com mobilizações.

Sanbino e Makerli. A distribuição acionária, hierárquica e administrativa produziu um efeito destruidor sobre a Makerli, pois o controle por determinadas pessoas não teve outro objetivo que extrair parcelas maiores de poder. Uma das questões mais graves para o processo de endividamento da Makerli foi a dependência do sistema bancário, sem maiores controles e a corrosão dos créditos pela alta dos juros, também fruto da política econômica via recessão.

Até hoje, 80% da produção está voltada para o mercado externo, sendo que os principais mercados são: Austrália, Estados Unidos, Europa via o Carrefour da França. Este é seu "pé de barro":

Resposta autogestionária

Na resistência contra as demissões em massa tem surgido experiências autogestionárias onde os trabalhadores assumem a propriedade dos meios de produção e sua organização: Makerli - sapateiros de Franca, Remington - metalúrgicos RJ, CBCA - mineiros SC; e outras em gestação como na Caraíba Mineração - BA, Engesa - metalúrgicos São José dos Campos SP e nos químicos do ABC. Há desafios novos: Como enfrentar, a partir da solidariedade de classe, a lógica da concorrência de mercado? Como a autogestão se insere na estratégia geral? O caminho é difícil, mas só a omissão é fácil. Se tudo indica que hoje a autogestão é uma via a ser trilhada apenas a partir da análise concreta de cada caso, sem dúvida já está se incorporando à estratégia sindical combativa. Para discutir estas questões, trazemos aqui a opinião de dois companheiros, um dirigente sindical e um economista, diretamente envolvidos na experiência da Makerli.



Pressionando o governo do Estado, com o acampamento dos trabalhadores frente ao Banespa, se obteve um empréstimo que permitiu a retomada da produção já com a empresa sob controle dos trabalhadores, que passara a ser propriedade da Associação de trabalhadores. Nesse momento era inviável fazê-lo com todos

os seus 482 funcionários. Em assembleia de todos os trabalhadores da empresa decidiram-se critérios para as prioridades e definiu-se um total de 152 funcionários com os quais a fábrica retomaria as atividades; gradativamente foram reintegrados os demais, chegando atualmente a 460. A empresa é dirigida por uma diretoria adminis-

As condições

qualquer medida protecionista afunda a Makerli.

Hoje, sob controle dos trabalhadores é possível discutir na Makerli a possibilidade de produzir sapatos com alta tecnologia, com uma linha bem popular para o mercado interno, isto evidentemente passa por rediscutir com o governo a questão dos impostos, que representam 60% do custo.

Atualmente, seus níveis de decisão são: Uma administração composta de 7 pessoas, eleitas, sendo que 4 são da antiga administração e 3 trabalhadores; depois vem a Diretoria da Associação dos Trabalhadores responsável pela definição de metas de produção, e a Comissão de Fábrica responsável pelas relações capital e trabalho. Todos com mandato de 2 anos.

Quais os elementos do ponto de vista econômico que devem ser considerados para se decidir a realizar uma experiência autogestionária de grande porte?

Os elementos econômicos são importantes mas não são fundamentais. Na Makerli o capital era um fator importante, mas era necessário realizar uma revolução produtiva, não apenas reestruturar mas destruir a estrutura antiga, aumentar a produtividade, melhorar a competitividade, uma revolução administrativa, modificar as linhas de produção. A Makerli produzia 2 mil pares por dia, trabalhava com modelos diferentes na mesma linha de produção, Implantamos uma linha para cada

trativa eleita em assembleia, com mandato de 2 anos. Semestralmente é realizada uma assembleia de prestação de contas e definição de metas de produção.

A relação sindicato/empresa é totalmente diferente da que se tem com uma empresa comum: o acesso direto à informação ajuda à solução de parte dos problemas. Não significa que foram extinguidos todos os conflitos. Com esta experiência é possível afirmar que a postura de interferência política e não administrativa do sindicato é correta.

Lições

Aprendemos alguns elementos que são chaves: * O Sindicato deve ter uma atitude decidida. Num primeiro momento, grande são as dúvidas em "jogar peso" ou não. Para vencer esta fase é necessário ter uma estratégia completa.

* É necessário o convencimento político de todos os trabalhadores de que somente a partir deles será possível a resolução dos problemas ou da maior parte deles.

* É fundamental ter um diagnóstico técnico da viabilidade da empresa sob o ponto de vista comercial, produtivo, tecnológico e econômico.

A tarefa central que está colocada hoje é superar o patamar de individualismo e submissão, estabelecer novas relações de poder e decisão na empresa. Quebrar a lógica da "dominação" de uns sobre os outros é fundamental para que a experiência supere os marcos de uma empresa privada.

Um programa estratégico de investimento tecnológico, de profissionalização e de investimento social deve fazer parte da pauta de discussão coletiva. É a única forma de ter êxito também no futuro.

A participação dos trabalhadores da Makerli nas lutas gerais da categoria não tem superado a média das demais. Na última greve da categoria os trabalhadores decidiram internamente não entrar em greve, e tampouco decidiram qual política salarial deveria vigorar. Esta indecisão ("o que o sindicato conquistar, nós receberemos") levou à uma certa neutralidade que distanciou os trabalhadores da categoria, embora não significou prejuízo para o conjunto. Se nossa opção pela autogestão foi correta, como acreditamos, estes fatos nos indicam o quanto precisamos avançar na concepção da luta geral da classe, já que não é possível criar uma "ilha de prosperidade" no meio do caos econômico, político e social do país.

Jorge Luiz Martins (diretor do Sindicato dos Sapateiros de Franca e coordenador do Departamento Nacional dos Trabalhadores do Vestuário da CUT.)

modelo - sistema Kamban.

Em quais casos a autogestão é viável economicamente?

A princípio em qualquer setor (industrial, de serviços, agrícola). É necessário promover mudanças radicais na política de pessoal, reeducar a mão de obra: política de partilha, parceria, transferir parte das ações para os funcionários, ou toda a empresa; terceirizar o que não for essencial; captar novas tecnologias; reduzir o tamanho da empresa de acordo com o mercado; criar um constante espírito crítico-participativo entre os funcionários; eliminar excessos de hierarquia.

Linha Sindical

Unificado e democrático

Viramos a página da divisão. Os trabalhadores dos sindicatos dos químicos e plásticos de São Paulo, nos dias 11 e 12 de setembro, definiram em um só congresso, sua unificação. Foram 274 delegados, representando todo um processo de debates pelas subregiões, abarcando cerca de três mil trabalhadores de várias fábricas.

Nascia assim o Sindicato Unificado dos Químicos e Plásticos de São Paulo. Com 100 mil trabalhadores na base, um dos mais fortes sindicatos do país. O novo sindicato tem na sua área cerca de um terço de todas as indústrias do ramo químico existente no Brasil.

Quando os trabalhadores dos ramos se organizaram sindicalmente, construíram uma única entidade, que integrava químicos e plásticos. Depois a pelejada querendo controlar os aparelhos sindicais, promoveu a divisão e fez mais uma entidade: o Sindicato dos Plásticos.

Os trabalhadores primeiro reconquistaram o Sindicato dos Químicos e, depois, o dos Plásticos. A reunificação foi colocada em pauta. Durante anos fomos construindo: em congressos, nas lutas, em debates nas bases. Foi um caminho longo. A reunificação foi sendo amadurecida. Nos últimos congressos dos sindicatos as propostas de reunificação foram consensuais. No próximo ano, esse é o grande desafio, uma chapa unitária cutista.

A construção da reunificação exigiu muito esforço político. Era impossível apenas uma das correntes cutista levá-la a bom termo. A vontade expressa em ações unitárias, principalmente, nos momentos decisivos e finais, das correntes mais representativas no campo das duas diretorias (CPB, Articulação, PPB, CS, Força Socialista e independentes) foi decisiva. A unidade dos trabalhadores esteve acima dos interesses grupais.

"A nova potência" tem como base a liberdade e autonomia sindical; organização por local de trabalho; constituição de um campo democrático e popular na luta pela transformação profunda das bases estruturais e políticas do país, base para a formação do trabalhador como cidadão pleno; luta contra todo tipo de discriminação e opressão racial e sexual. Os negros fizeram um seminário específico onde foi definido todo um programa de luta, e constituíram a Comissão Lufs Gama. As mulheres, formularam uma orientação básica, e o Congresso Unitário votou a constituição de uma Secretaria. O trabalho de saúde e proteção ao meio ambiente mereceu destaque, assim como o reforço às estruturas cutistas.

Nossa luta não se limita à busca de melhores salários e condições de trabalho, embora sejam fundamentais e façam parte da nossa prática diária. Ela orienta-se política e eticamente pela busca de uma sociedade socialista e democrática. A unidade dos trabalhadores, sua organização e conscientização nos locais onde mais diretamente se dá a exploração e opressão, é parte dessa luta. A reunificação, também, teve o calor dessa utopia concretizável.

Martisalem Covas Pontes (Coordenador da Federação Estadual dos Químicos, diretor do Sindicato Unificado dos Químicos e Plásticos de São Paulo. Escreveu "Sindicato dos Plásticos: Da Oposição à Unificação.")

Vitórias

Eleições

Municípios. Foi a vitória de uma linha sindical consequente, que se articula em torno aos sindicalistas do PT. Em final de outubro aconteceu o segundo turno da eleição do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre, com a vitória da Chapa 2, "Construção municipal", sobre a Chapa 1, de situação, formada pelo PSTU. O resultado é particularmente importante porque foram nos setores operários da Prefeitura que a Chapa 2 obteve seu melhor desempenho.

A vitória enterrou o tipo de demarcação que o PSTU quis impor na categoria desde meses antes, quando da difícil negociação salarial com a prefeitura petista. Nesse período espalhou pela cidade cartazes atacando vereadores do PT e, durante as eleições buscou identificar a Chapa 2 como "a chapa dos patrões". Nessa linha de intervenção igualava a administração petista a qualquer outra, mesmo da direita, de maneira totalmente despolitizada, ainda que usando um disfarce "de esquerda".

A vitória da Chapa 2 abre um novo período de relações entre os municípios e a prefeitura, considerando que com ela a categoria, sem abrir mão de seus direitos, nem desconhecendo que existem conflitos, assume um novo rumo combativo que busca integrar a luta do funcionalismo na luta popular na cidade e no país. À par disso existe um reconhecimento da administração de que a relação com o funcionalismo é fundamental para a implementação do seu projeto.

Sapateiros. Os sapateiros de São Paulo elegeram nova direção. Concorreram a Chapa 1, de situação, cutista (formada por militantes independentes identificados com o campo da Cut Pela Base do Forum, Mosm-sp e DS) e duas de oposição: uma cutista (de militantes que se recusaram a participar da Convenção que tirou a Chapa 1, e que se reivindicam da Tendência Marxista de São Paulo) e outra da Força Sindical.

A organização das eleições foi feita através de uma comissão eleitoral formada por um membro de cada chapa. Isto garantiu tranquilidade ao processo. Do total de 4710 votantes, a chapa 1 obteve 3131 votos (66,5%); a chapa 2 apurou 779 votos (16%) e a chapa 3, 341 votos (7%).

UFRJ. Também em final de outubro realizou-se a eleição do Sindicato dos Funcionários da UFRJ. Venceu com 58% a chapa da situação, formada por militantes petistas (identificados com o campo da Cut Pela Base formado pela DS, Fórum e Mosm-sp), contra outra de oposição, formada por militantes do PSTU. Além das questões da campanha salarial, um dos desafios a ser enfrentados pela nova gestão é a eleição para reitor em 1994.



Sindicatos S.A.

Argentina

No Brasil o Congresso quer privatizar a previdência para, imediatamente, sindicatos da Força Sindical de Medeiros, junto com banqueiros amigos, criarem empresas de previdência privada que impostas aos trabalhadores de sua base irão constituir impérios financeiros-sindicais. Na Argentina a negociata já está em curso. É o que mostra a matéria do sociólogo Héctor Palomino, que editamos resumida, publicada no jornal Clarín de Buenos Aires em 19/07/93.

Um objetivo declarado pela recém fundada Confederação de Sindicatos dos Serviços é constituir empresas que realizem atividades financeiras, bancárias e de seguros. Integrada pelos sindicatos de trabalhadores do comércio, saúde, securitários, bancários, eletricitários e outros, representa um milhão e meio de trabalhadores - mesmo que nem todos estejam sindicalizados. Isto indica a potencialidade econômica dessas entidades em áreas de negócios emergentes com a privatização do sistema previdenciário.

A nova Confederação segue o caminho já trilhado pelos petroleiros e eletricitários que constituíram verdadeiros holdings de sociedades anônimas, participando ativamente dos benefícios da privatização de empresas públicas. O sindicalismo de negócios (**business union**, em inglês) está com vento em popa.

Os dirigentes da nova Confederação tem manifestado publicamente seu apoio político ao governo do Dr. Menem. Porém, se compromisso vai mais além da conjuntura política: o que eles defendem com força é o modelo socioeconômico neoliberal. Como o sindi-

calismo conseguiu uma integração tão "natural" com esse modelo? Não há uma contradição entre neoliberalismo e sindicalismo?

A resposta pode encontrar-se no funcionamento do modelo neoliberal: ainda que o governo afirme promover a livre concorrência no mercado, o cenário é diferente. O modelo emergente da privatização das empresas estatais consolidou a concentração monopólica (de uma empresa) ou oligopólica (de poucas empresas) dos serviços públicos e das novas áreas de negócios. Nada de capitalismo concorrencial.

A lógica é de um sistema de "concessão" ou "franquia" do Estado para empresas privadas. O que predomina é o monopólio privado da exploração de uma atividade numa área determinada, seja serviço de telefone, eletricidade, água, etc. Quem detém a "franquia" ganha uma massa de população "cativa" que não poderá optar por outro prestador desse serviço no território coberto pela concessão.

É similar ao modelo que organiza o sindicalismo argentino: o Estado concede ao sindicato o monopólio da representação dos trabalhadores. Isto lhe permite recolher mensalidades, contribuições e taxas assistenciais sobre todos os trabalhadores do seu setor - inclusive dos não sindicalizados. Este sindicato também tem franquias sua massa de população "cativa".

Esta "franquia" concedida pelo estado através do modelo sindical permite aos sindicatos inserir-se, com vantagem, na privatização da previdência. Longe de se opor ao corporativismo sindical, o modelo econômico neoliberal argentino comparte uma identidade de essência com ele.

Comerciários. Depois de dois anos de disputa, o processo eleitoral do Sindicato dos Comerciários do Espírito Santo assume novos caminhos.

Há dois anos, durante as eleições disputadas por duas chapas da CUT, foram constatadas inúmeras irregularidades que promoveram o "inchamento" da lista de votantes. Por isso a chapa 2 solicitou à CUT a anulação das eleições. O resultado sob suspeita de fraude acirrou os ânimos na CUT-ES. A diferença era de 90 votos. Sem resposta da CUT, a Chapa 2 entrou na Justiça solicitando a anulação das eleições. No entanto a Chapa 1 conseguiu uma liminar que autorizava sua posse.

O processo na Justiça foi motivo da expulsão da Executiva estadual, absurda, do companheiro Luiz, membro da chapa 2. Até hoje o companheiro permanece expulso, apesar de inúmeros recursos feitos, inclusive à Direção da CUT Nacional.

A Chapa 1 não conseguiu ao longo desses dois anos consolidar-se como direção da categoria. Carregou o fardo da ilegitimidade. O sindicato está desacreditado na base, seu trabalho reduzido ao puro assistencialismo.

Agora, por ordem judicial, a antiga direção da entidade retomou seu lugar, incluído o companheiro Luiz. As condições encontradas são as piores possíveis: títulos protestados, funcionários sem pagamento, suspeitas de desvio de verba, telefone cortado e outros problemas a serem averiguados.

Há hoje uma vontade política das forças que compõem o sindicato em reerguer o movimento na base. Já iniciaram uma difícil campanha salarial e uma briga contra o horário livre do comércio.

Página Virada

IMPRESSO

Privatização, Extorsão, Espoliação

ISAAC AKCELRUD

Foi a Sra Margareth Thatcher, com sua frieza profissional de feitor colonial, quem lavrou a sentença segundo a qual o Brasil tem condições de pagar sua dívida externa. Pois, alegou a velha escravista, o Brasil é dono de minas, fábricas, usinas e plantações.

Foi a indicação mais clara e explícita sobre o caráter e os objetivos da política de privatização disseminada do mundo interior pelos países credores. Examinemos a tese mais de perto.

Uma política de classe

Em primeiro lugar, é um modo de cobrar a dívida em espécie, o que identifica um objetivo de país credor. Parte da premissa de que o Brasil está devendo, sem tomar conhecimento de nossa discordância. Não contraímos dívida alguma e, mesmo esta conta clandestina, já foi paga várias vezes. A dívida nos é imposta por um ato de força de nações mais poderosas militar e economicamente.

Em segundo lugar, eles querem fábricas, usinas, minas, por exemplo a Companhia Siderúrgica Nacional, que já foi privatizada. Estão cercando a Petrobrás, não por acaso um símbolo de soberania, investindo contra a indústria petrolífera e afins. Isto é, privatizar e desnacionalizar os setores decisivos e fundamentais da economia brasileira.

Tudo é patrão, mas é diferente

Por que tudo isso? E por que defender as estatais interessa aos trabalhadores e a todo povo brasileiro? Afinal, qual a diferença entre o patrão ser governo ou um particular?

Aí está uma questão chave. Se a empresa é privada, se está nas mãos de um dono individual ou de um grupo, o controle é o destino dessa unidade econômica - produção, nível de emprego, política de preços e tudo o mais - depende dos objetivos e da vontade, da capacidade e dos recursos desses capitalista que podem até fechar a empresa ou passá-la a outro grupo e deixar-se absorver pelo concorrente, inclusive um competidor estrangeiro. Mas, no caso da estatal, sempre está sujeito, em maior ou menor grau, de um jeito ou de outro, a um certo nível de fiscalização do povo e de seus presentes.

Principalmente, em momentos de insegurança política, quando os capitalistas locais e os imperialistas estrangeiros temem a proximidade de vitórias operárias e populares - como o triunfo de Lula no próximo pleito presidencial, por exemplo, a privatização é acentuada e acelerada. Trata-se, portanto, de uma luta política apesar de todos os disfarces técnicos e economicistas. Os programas oficiais de privatização dão a medida do medo e da insegurança das classes dominantes e dos seus mentores.

As pressões externas são ajudadas pelo pânico interno. A privatização é seu objetivo comum, uma das mais definidoras marcas de classe da política.

Pacote de segunda fase

Já foi anunciada com todas as pompas a conclusão do pacote da segunda fase da privatização. Essa propaganda visa impedir a divulgação e encobrir a repercussão das divergências que ocorrem no governo. Os diversos grupos não se entendem quando chega a hora do setor elétrico. Os choques agravam as vacilações de Itamar que chega ao ponto de lamentar não ter renunciado antes de tomar posse. Pelo menos poderia ter reduzido o mandato...

O ministro Paulino Cícero é contra a privatização do primeiro lote de 18 hidrelétricas. Fernando Henrique, da Fazenda, parece que ganhou o round sob a condição das empresas a serem privatizadas passarem ao controle direto de seu ministério. Ele que assumia pessoalmente essa responsabilidade, o que desgasta mais rápida e intensamente e pode derrubá-lo antes do que ele mesmo pense...

Outras informações dão conta de uma emenda complicadora de Itamar - ele concorda com a privatização sob a condição de um prévio debate com a sociedade civil, o que causou um enorme mal estar entre os interessados. Eles têm horror à discussão pública. "Terá que ser no Maracanã", teria dito um empresário de identidade não revelada ou não revelável. E daí? O ideal é que se já mesmo no Maracanã, queremos o mais amplo espaço para reunir a maior massa possível de povo

e a maior liberdade para conhecer e dizer a verdade toda e inteira.

Perigo de colapso

O mais grave, porém, é que se estabelece uma confusão que beira o descontrole do setor elétrico. O projeto de regulamentação das concessões arrasta-se há três anos pelas gavetas do Congresso porque os interesses contrariados impedem sua tramitação e aprovação. São pressões e concessionárias, tanto do setor público, como do setor privado. Sabe-se que 90% das concessões de 60% das maiores e mais importantes empresas estão caducas.

De outro lado, atuam em conjunto 40 complexos industriais que lideram os maiores consumidores - Alcoa, Vale do Rio Doce, Nestlé, Souza Cruz, Santa Marina, Belga Mineira, Grupo CST, Gerdau etc. - que pressionam por uma redução de preços da energia. Temem acima de tudo um colapso na distribuição de força por falta investimentos das atuais concessionária.

O processo é complicado, pois é impossível uma regra uniforme para um universo de tantas e tão diferenciadas empresas - umas já antigas e outras mais modernas, umas já amortizadas, outra de inauguração recente. Uma quarta parte da dívida externa brasileira é do setor elétrico, 30 bilhões de dólares. A dívida interna é de 26 bilhões de dólares. As concessionária alegam que o projeto do governo desorganiza o setor.

E quem vai ficar com as usinas termo-nucleares? Pode o átomo ficar à mercê da ganância privada?

Volta Redonda: Experiência Viva

Às portas da segunda fase da campanha de privatização, é obrigatório verificar a experiência já feita pelos trabalhadores. Transmito, embora de forma compacta e resumida, o depoimento obtido em Volta Redonda, a grande empresa nacional privatizada:

- Já foram consumidas mais de 2.000 demissões. A ameaça é de 3.000 demissões até maio de 1994. Como empresa privada, a Siderúrgica está usando cada vez mais a "terceirização". O trabalhador é demitido, como forma de privá-lo de suas qualidades e seus direitos de metalúrgico. Se, e quando consegue retornar à CSN, volta pelo Sindicato de Conservação e Asseio, montado pelo pelego Magri para este fim. Está "terceirizado", com um terço do salário que ganhava antes e tendo renunciado as conquistas do velho e combatível Sindicato dos Metalúrgicos de Volta Redonda. Hoje, sob verdadeiro estado de sítio, sob a ameaça da fome e do desemprego, o Sindicato está decapitado, virou apêndice da Força Sindical, está transformando em braço da polícia que delata as queixas e denúncias dos associados.

Os padrões privados da CSN adotam a política terrorista das demissões sumárias. Foram despedidos todos os ativistas sindicais e militantes ligados à CUT de qualquer maneira. Quem sofreu acidente de trabalho ou se afastou, em algum momento, por motivo de saúde, está igualmente condenado ao desemprego. É proibido ficar doente.

A empresa fundou um Clube de Investimentos para administrar a aquisição de ações pelos trabalhadores. Em oposição, surgiu o Clube Independente de Investimentos com cerca de 3.500 associados, dos quais 1.000 são da ativa e foram sumariamente demitidos. Seletivamente, estão sendo demitidos os filhos e parentes dos aposentados do Clube de Investimento Independente. Também foi posto no olho da rua quem não quis comprar ação.

Outro caso típico: aposentado não pode ganhar questão na Justiça, pois seus filhos e parentes são imediatamente postos na lista de demissões.

A empresa virou campo de concentração. Esta é a experiência viva da privatização para os metalúrgicos de Volta Redonda.